

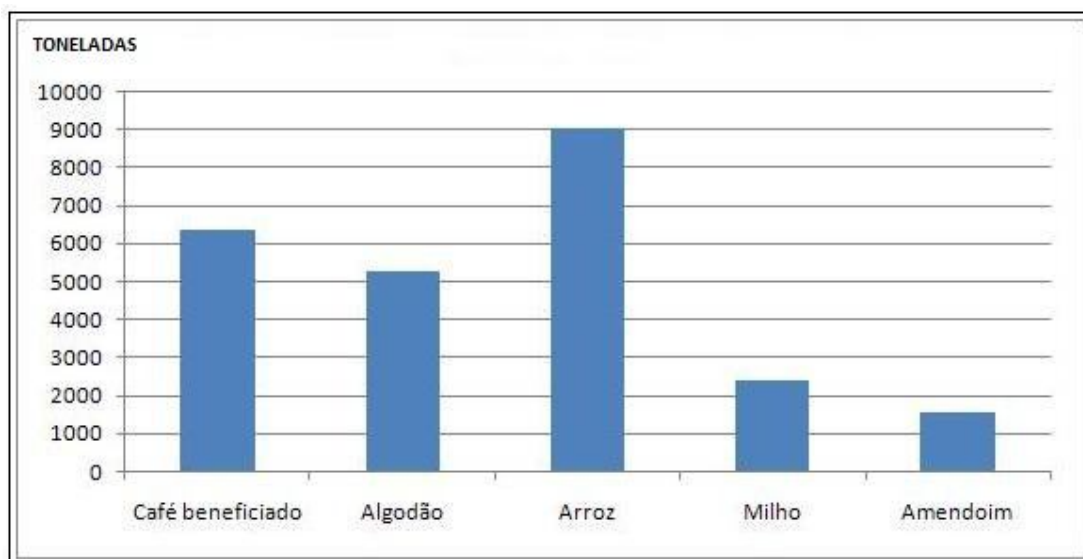
3. PRODUÇÃO E SUJEIÇÃO: ASPECTOS DA PRODUÇÃO CAFEIEIRA NA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO.

As políticas de valorização do preço do café, colocadas em prática pelo governo federal a partir de 1932, fatores de ordem climáticos, como as geadas e as secas, responsáveis por aumento de cotação do café devido à falta do produto no mercado, além da evolução das vias e meios de transportes como as ferrovias que avançavam para o oeste, foram de suma importância para motivar e criar um clima de euforia que teve como resultado a expansão da cafeicultura na Nova Alta Paulista a partir da década de 1940. Por consequência disso, e, pela oferta de terras baratas no município de Dracena, a marcha da lavoura cafeeira foi acelerada, já que para as famílias camponesas a crise da cafeicultura seria solucionada com trabalho e com o aumento da produção. Assim, ajudado por esses vários fatores a cafeicultura adentrou pelo espigão entre os pequenos rios substituindo as matas entre as margens destes, num intenso processo de formação de loteamentos, comercialização de lotes financiados e formação de lavouras.

O interesse pelas terras no alto do espigão era muito maior para os agricultores que tinham informação da condição do solo, pois tanto as pequenas, as médias e como as grandes propriedades que desenvolveram a lavoura de café sempre ocupavam a parte mais alta do espigão. Porém, como era habitual a venda, a revenda e até o fracionamento das propriedades, muitas ficavam sem frente para o espigão, ocupando as áreas de solos mais arenosos no baixo aclave dos vales fluviais, tornando-se produtora de cultivos temporários e criação de gado. Com isso, nem todos os lotes se transformaram em lavouras de café.

Dessa forma, percebe-se que o café era o produto agrícola norteador da economia do município de Dracena. Porém, o censo agropecuário do IBGE de 1956, observa-se que os produtos temporários tinham área plantada maior que a cafeicultura (Gráfico 1). Por que isso ocorria?

Gráfico 1 – Produtos agrícolas em toneladas em Dracena - 1956.



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1956.

Organização Joviano, C. V. M.

Segundo Benjamin (1998), num estudo sobre a cafeicultura no município de Osvaldo Cruz, nenhuma propriedade cultivava somente a lavoura de café, pois além da produção de café na parte mais alta, havia também um pedaço de terra onde cultivavam as culturas temporárias e também o pasto para o gado, este mais próximo de um curso d'água ou onde fosse mais fácil a obtenção de água para servir ao animal. Por isso, apesar da pecuária e as lavouras temporárias serem atividades complementares, em determinadas épocas elas chegavam a ser também a atividade principal. Além disso, antes da formação da lavoura de café era feita uma agricultura temporária de subsistência, como confirma um antigo morador do Bairro, José Teixeira Rodrigues de 71 anos, atualmente aposentado do setor de eletricidade.

Eu tinha 14 anos quando o pai chegou em Dracena em 1952, para formar um sítio com 16 mil pés de café, era ele, a mãe, eu e mais 5 irmãos (2 irmãos e 3 irmãs), eu era o 3º dos filhos, mas já trabalhava de sol a sol derrubando mato e a cada oito preparado, a gente já marcava as ruas de café e plantava o arroz no meio, para a produção sair rápido, (...) dificilmente a gente ia ao armazém, uma é que não tinha sobrado dinheiro da compra da terra e também por que era longe e a gente era desconhecido

do vendeiro e o pai não queria pedir fiado, por isso a gente tentava produzir tudo aqui. (JOSÉ TEIXEIRA RODRIGUES, entrevista em 23/07/2009)

Portanto, ao lado das culturas comerciais como o café e o algodão, as de autoconsumo têm um lugar importante, sendo que as últimas precedem as primeiras no terreno ainda em construção, tão grande é a pressa do camponês em assegurar a alimentação de sua família, já que o crédito é difícil em um local desconhecido. Por isso o camponês planta e cria um pouco de tudo, desde grãos a raízes, fazendo todas as combinações possíveis, como feijão, arroz, milho, cebola, alho, verduras, abóboras, quiabo, pepinos, batata doce, cana-de-açúcar e quando se pensa em ficar anos no local, também árvores frutíferas como a bananeira, laranjeiras, abacateiro, goiabeiras e mangueiras. Também é comum o cultivo de cultura segundo a origem étnica do camponês, como um pouco de soja e variedade de legumes em propriedades cultivadas por descendentes de japoneses; ervilhas nas cultivadas por espanhóis; tomates e parreiras de uva nas roças de descendentes de italianos e a mandioca e os feijões de rama nas propriedades cultivadas por nordestinos, embora a mandioca também fosse encontrada em quase todas as propriedades.

Esta variedade de produtos cultivada pelo camponês para a manutenção da família pode ser observada na entrevista dada pelo aposentado, de 75 anos, José Gomes Moya quando ele afirma que:

Prá sobreviver tinha que plantar de tudo, plantar aquilo que dava dinheiro e aquilo que virava comida, o que dava mais dinheiro era o café e o algodão, (...), só que o algodão dava muita lagarta (praga) e o café era muito demorado e ainda, às vezes, tinha algum contratempo e não tinha produção nenhuma, daí o sujeito se virava com o que virava comida. Um roceiro que se presa tinha que plantar um pomar de fruta, uma horta, um pouco de milho para criar uns porquinhos e umas galinhas, ter uns pés de abóbora, (...) o que não podia faltar era comida, o resto a gente esperava a próxima safra. (JOSÉ GOMES MOYA, entrevista em 22/07/2009)

Entretanto, cumpre mencionar que, tanto no município de Dracena como no extremo oeste paulista, o café, apesar de ter sido o componente articulador da construção e ocupação dos novos territórios, a sua produção não se deu de maneira absoluta como nas monoculturas das áreas mais a leste do Estado, já que após a crise de 1929, a plantação de café ocorre em intensa concorrência com as lavouras temporárias, produção comercial de gêneros agropecuários para abastecimento interno. Todavia, se durante todo o processo de ocupação e formação das lavouras de café, era comum se realizar plantações temporárias intercalares, com o processo

de industrialização que se expandia, também se tornou comum encontrar estas lavouras temporárias em roças separadas dos cafezais, principalmente a lavoura algodoeira que teve um aumento da demanda interna devido ao surto industrial nesse mesmo período, assim como as lavouras de arroz e feijão que se relacionavam muito com as crescentes demandas das populações urbanas. À medida que as ferrovias iam avançando para o oeste formavam-se novos núcleos urbanos³⁸, aumentando a necessidade de gêneros alimentícios, ampliando e aquecendo o mercado para produtos agrícolas e pecuários.

Dos produtos agrícolas temporários plantados pelas famílias camponesas no bairro “Maquininha” destacava-se o milho, o arroz, o feijão, o amendoim e a lavoura algodoeira. Esta última se deu em razão do aumento de seu preço em relação ao café devido ao aumento da demanda interna e externa e por ser uma cultura temporária, podendo ser cultivado nas entresselas do café novo, ou mesmo em roças individuais como cultura substituta, aproveitando toda a infra-estrutura própria da cafeicultura.

Todavia, o plantio de lavouras temporárias avulsas (separada do cafezal) não era atraente aos parceiros, pois constituiria prejuízo da potencialidade de mão-de-obra da família, pois os elementos seriam repartidos entre um cultivo e outro, o que no cultivo combinado os componentes da família desempenhariam os afazeres ao mesmo tempo, melhorando sua habilidade.

O mesmo pode ser dito da lavoura do milho que cresceu em importância durante todo o período, porém nas propriedades essencialmente camponesas, a sua produção era basicamente para o consumo interno, destinado para a alimentação de porcos, equinos e aves.

Salientamos também que, mesmo entre os produtos destinados principalmente ao autoconsumo como as culturas do arroz e do feijão, algumas culturas temporárias tinham maior aceitação que outras, como o amendoim e o algodão, pois tratavam-se de culturas que, devido à facilidade de ter compradores para estes produtos na região, poderiam atuar como complemento de renda nos momentos de maior dificuldade. Essas culturas eram vendidas para empresas como a SANBRA e a Granol em Tupã, a IRFM (Matarazzo) de Presidente Prudente, além

³⁸ Segundo o IBGE, em 1886, no oeste do Estado de São Paulo, a população era de 14.660 habitantes, subindo para 474.700 habitantes, em 1920 e chegando a 1.660.434 habitantes em 1940, o que reforça a rapidez com que ocorreu a ocupação da região.

de uma série de máquinas beneficiadoras da região, entre outras. Esta proximidade do intermediário ou da própria empresa se tornava uma vantagem, já que afastava o problema da perda da produção por falta de compradores ou por ter que levar muito longe, onerando o preço do produto devido o custo com o meio de transporte.

Segundo Monbeig (1984):

O produtor de arroz não consome senão uma parte de sua colheita, tratada rapidamente (...) para lhe assegurar a quantidade indispensável ao gasto da família, devendo o restante todo ser vendido no centro urbano mais próximo. (...) nas zonas rurais dos novos municípios da Alta Paulista (...) plantam mais arroz do que milho. Quanto ao último, que não envolve transações comerciais consideráveis, o preço não compensa as despesas de transportes e ele aparece em toda a parte associado a criação de porcos. (MONBEIG, 1984, pág. 252).

As entrevistas feitas com os camponeses do bairro confirmam a análise de Monbeig (1984), pois produtos como o arroz tinham uma finalidade tanto de autoconsumo, quanto comercial, no caso, para abastecer os novos centros urbanos, sendo vendido e processado em máquinas beneficiadoras. Porém era acordado entre colono e empresa beneficiadora que uma parte da produção era designada para sustento da família camponesa, fazendo-se uma troca de arroz em casca por arroz descascado, numa ordem de 2 quilos de arroz em casca por 1 quilo arroz beneficiado.

Para Monbeig (1984), o feijão possui grau de importância parecida ao do arroz e do milho, pois:

(...) participam da alimentação doméstica e também são objeto de vendas. A dupla colheita anual compensa o preço medíocre que alcança. Naturalmente, é o feijão das águas que ocupa maior espaço como cultura intercalar. Durante a estação seca, como é preferível não fatigar os solos, seu cultivo é, geralmente, feito em espaço separado e em modestas superfícies. Não é senão um complemento, se comparado á produção da estação úmida. (MONBEIG, 1984, p. 253)

Portanto, é de extrema necessidade atentar-se para a complexidade da produção camponesa do município de Dracena, que além de ter aparecido no município de Dracena antes da própria cafeicultura, ocorreu de forma independente desta, e em vários períodos concorrendo também em importância, já que não ocorria, apenas em função das crises da cafeicultura, mas tanto nas crises como também nas fases de expansão do café.

A finalidade com que se fazia a plantação de culturas temporárias entre as linhas de pés de café, ou antes, mesmo de se plantar o café se deve ao fato de agilizar a sua subsistência, mas também de igual importância e conseguir reservas para saldar o pagamento da dívida com o loteador. “Havia casos em que a lavoura de subsistência era feita juntamente com a semeadura dos grãos de café nas covas para início do cafezal.” (BENJAMIN, 1998, p. 113). Por isso, para o autor:

As culturas temporárias eram as primeiras a ocupar um espaço na terra - tanto em pequenas como em grandes propriedades - pois permitiam um retorno rápido dos investimentos. A renda obtida era decorrente tanto da comercialização de culturas alimentares de primeira necessidade - que também serviam para o sustento das famílias - como culturas comerciais para industrialização (...) já que os núcleos urbanos proliferavam e, portanto, os produtos agrícolas encontravam um mercado bastante receptivo (BENJAMIN, 1998, p. 111 - 112)

Assim, as pequenas unidades de produção, produtoras de café e de produtos temporários, de maneira especial aquelas que empregavam somente a mão-de-obra familiar, dirigiam suas atividades para o autoconsumo e somente após o sustento se voltava para o mercado, ao contrário das médias e grandes propriedades. Por isso inferimos que, quando as pequenas unidades de produção se colocavam no mercado era para comercializar o produto comercial como o café e o algodão ou o excedente da produção, transformando-o em moeda para adquirir alguns dos benefícios que não tinham capacidade para produzir nas propriedades, como ferramentas agrícolas, algum tipo de tecidos, utensílios domésticos, entre outros.

É importante destacar que essa estratégia dava maior poder de resistência ao camponês. Esse fato pode ser compreendido analisando-se o processo de diferenciação ocorrido no Bairro “Maquininha”. Dos 53 camponeses proprietários, que ocuparam o bairro nas décadas de 1940/50/60, conforme apontado na Tabela 1, apenas 13 (treze) permaneceram no campo. Destes treze, doze são proprietários de pequenas unidades de produção que diversificavam a produção em suas propriedades.

Pode-se entender daí que a diversificação produtiva aumentou a capacidade de sustento e de permanência na terra por torná-lo mais independente do mercado, o que lhes dava maiores condições de atravessar os períodos de crise, já que estas propriedades não estavam subordinadas ao mercado. O mesmo não

ocorreu com as propriedades maiores (acima de 35 alqueires), destas quatro propriedades do bairro com mais de 35 alqueires cada³⁹, permanece apenas a fazenda do Sr. Rosalvo dos Santos que desde a compra da propriedade em 1954, lidou com gado de corte, que apesar de não ser imune às crises do setor pecuário, não sofreu as mesmas crises do setor cafeeiro. Já as fazendas de José Spadácio e José Guerreiro foram fracionadas por processos sucessórios e os herdeiros substituíram o café por outros produtos agrícolas e por pecuária, e por fim a fazenda de Antônio Morelli foi vendida para José Boni, um bancário aposentado do Banco do Brasil que arrancou os 53.000 pés de café e plantou pastagem para gado de corte e recria.

Segundo Faleiros (2007), devido a necessidade de menor investimento, as pequenas unidades de produção congregavam uma maior probabilidade de passar uma seguida queda de produtividade, além do que, em ocasião de queda dos preços das sacas de café, elas seguramente seriam mais flexíveis, agrupando e direcionando a mão de obra familiar para o cultivo de outras plantações mais favoráveis. Assim, os pés de café seriam conservados, com os proprietários aguardando que, na ocasião de elevação dos preços as culturas se achassem em condições aceitáveis de produtividade. Contudo, quando os preços recuperavam suas perdas, as outras culturas sofriam uma diminuição, mas mantendo a quantidade suficiente para garantir a subsistência da família.

3.1 A Produção Camponesa e a Formação da Economia Cafeeira

A análise da produção camponesa e a caracterização dos conflitos entre terra e capital são componentes relevantes para a compreensão das relações sociais que se constituíram na criação de formas de permanência e recriação do campesinato no bairro.

Um diagnóstico mais amplo sobre os resultados da implantação da economia cafeeira no bairro mostra que além da produção para o autoconsumo da quase totalidade das famílias de camponeses, este processo tem outras facetas.

³⁹ As quatro propriedades somam 301 alqueires, com uma média de 75,25 alqueires.

3.1.1 Características gerais

No bairro “Maquininha”, tanto as famílias camponesas das pequenas unidades de produção, como também nas médias, além da família, em alguns casos era necessário contratar mão-de-obra para a formação e para o cultivo da lavoura.

Como a região era formada por matas fechadas, a ocupação inicial - seja por pequenas unidades familiares ou por grandes proprietários - se dava pela derrubada de matas, que poderia ser feito a partir de dois tipos de contratos. O primeiro consistia na contratação, por parte de um grande proprietário, ou de um empreiteiro, que por um valor especificado em contrato⁴⁰ tem a tarefa de limpeza do terreno, como o trecho do contrato feito pelo Sr. Antonio Teixeira

(...) no cartório e perante mim (ilegível) como proprietário locador o Sr Antônio (ilegível) e como empreiteiros locatários Antônio Martins, Adolfo Marino e Valdir Tosin, (...) para a derrubada de dezesseis alqueires de mata, na fazenda (ilegível), mediante as cláusulas seguintes:

1º os locatários se comprometem a derrubar dezesseis alqueires de matagal em espaço apontado;

2º o preço combinado é de seis mil Cruzeiros por alqueire, amortizáveis: em três parcelas, sendo dois mil Cruzeiros (Cr\$ 2.000,00) no início dos serviços; dois mil Cruzeiros (Cr\$ 2.000,00) no final da derrubada do mato e o restante no término da limpeza; (...)

Geralmente iniciava a derrubada de mata na estação seca com o roçado dos cipós e das árvores menores para permitir aos “machadeiros” o espaço necessário para derrubar as árvores de porte médio, e por último as árvores grandes, que na sua maioria não eram aproveitadas para madeira. Esperava-se por aproximadamente três semanas e colocavam fogo, sobrando somente os tocos e troncos mais grossos que ardiam por uma semana. Após a queimada faziam o destocamento e entregavam o serviço ao proprietário para dar continuidade ao processo de plantio do cafezal.

⁴⁰ O trecho do contrato feito pelo Sr. Antonio Teixeira é uma cópia quase ilegível que se encontra com o neto de Adolfo Marino

O outro tipo de contrato era mais complexo, pois consistia na realização de todas as etapas do processo como desmatamento, limpeza, queimada, plantio do cafezal e o trato deste até a produção.

Faleiros (2007), na pesquisa sobre os contratos de trabalho na cafeicultura paulista, afirma que nas fazendas, os cafezais eram formados por empreita, mediante um contrato feito entre o proprietário e o empreiteiro formador do cafezal. Em alguns contratos de empreitada os trabalhadores recebiam uma quantia fixa pela tarefa de formação das covas, mas na maioria dos contratos a eles cabia como remuneração unicamente a utilização da terra e os frutos do cafezal. Segundo Faleiros (2007) pelos serviços com o plantio, tratamento e formação e outros decorrentes da presente empreitada a cada um dos contratados ficará pertencendo todos os frutos e cereais que forem colhidos e suas respectivas empreitadas durante a vigência deste contrato e por tais serviços não terão eles direito a nenhum outro pagamento ou indenização

Neste contexto, Oliveira (2002) afirma que o desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura se dá pela sujeição da renda da terra, quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês, assim:

(...) o fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Primeiramente, o capital sujeita a renda da terra e em seguida subjuga o trabalho nela praticado (OLIVEIRA, 2002, p. 49).

Dessa forma, quando o camponês confia sua produção a um valor menor do que o equivalente a remuneração do trabalho de sua família e do meio de produção que lhe pertence, não é a sua força de trabalho que está sendo diretamente explorada, pois o agricultor não é um mero empregado da indústria, o que é retirado do agricultor é a renda da terra, pois esta está contida em toda a produção que o camponês entrega a indústria.

O contrato de empreita para formação de cafezal diferia quanto ao tempo de contratação e quanto à remuneração. No contrato de quatro anos, o camponês (formador) era contratado para derrubar o mato, fazer a limpeza do terreno, fazer a plantação do cafezal, podia plantar nas faixas entre as ruas de café, colher a produção do terceiro e quarto ano. Porém, no final recebia uma remuneração por

cova de café plantada, assim definida nas cláusulas 1ª, 5ª e 7ª do contrato de uma empreita na cidade de São José do Rio Preto registrada no Livro 96. Fls. 31. 2º Ofício Civil de Rio Preto e citado por Faleiros (2007)

(...), o outorgante entrega ao outorgado, pelo prazo de quatro anos o terreno necessário para a formação de cem mil pés de café que lhe serão entregues (...), de acordo com as cláusulas seguintes:

1ª- a derrubada que teria início no espigão da fazenda do Aguapehy, (...), deve ser muito bem aparada, isto é, de tal maneira feita que não fique nenhuma árvore de pé, e a plantação dos cafeeiros perfeitamente alinhados, em quadra, guardando um dos outros a distância de dezessete (17) palmos;

5ª- durante os dois primeiros anos da presente empreitada, poderá o outorgado plantar nos cafezais arroz e milho, sendo quatro carreiras de arroz e uma de milho no primeiro ano e no segundo, três carreiras de arroz e uma de milho.

7ª- além da faculdade de plantar cereais, que já lhe foi conferida, nos termos da cláusula 5ª o outorgado retirará por si, integralmente, as safras de café do terceiro e quarto anos; e receberá mais a importância de mil e seiscentos réis por cada pé de café formado que, naquela data tiver efetivamente, quatro anos, ou sejam cento e sessenta contos de réis (R\$ 160:000\$000), que lhe serão pagos nas seguintes condições: cinquenta contos de réis (R\$ 50:000\$000) no correr do presente ano, sendo dez contos de réis (R\$ 10:000\$000) no ato de assinar este contrato, que recebeu, contou, acho conforme, e dá plena e geral quitação de pago e satisfeito; quinze contos de réis (R\$ 15:000\$000), depois de prontas as derrubadas e, finalmente, vinte e cinco contos de réis (R\$ 25:000\$000) depois de plantados os cem mil (100.000) cafeeiros;

8ª- A importância restante, ou sejam os cento e dez contos de réis (R\$ 110:000\$000), será dividida em quatro prestações anuais divididas, por sua vez, em prestações de igual valor, pagos da seguinte forma: no primeiro ano, de sessenta em sessenta dias, no segundo de noventa em noventa dias, e no terceiro e quarto anos de seis em seis meses.

O valor pago por cova ao empreiteiro formador de café poderia ser menor se no terreno onde o empreiteiro fosse fazer o plantio de café, a mata já estivesse derrubada, isto é, o dono da terra já havia feito a limpeza da terra, ficando definidos assim na 1ª e 3ª cláusula deste contrato citado por Faleiros (2007) e redigido no Livro de Notas n. 27, fls. 122 a 124. 2º Ofício Civil de Novo Horizonte para a formação de 4650 pés de café em Novo Horizonte:

(...), tem justo e contratado com o outorgado empreiteiro Sérgio Pinheiro Torres, para nela tratar e formar 4.650 pés de café, pelas condições e cláusulas seguintes:

1ª O prazo do contrato é de quatro anos a começar do dia 30 de agosto corrente ano,

3ª O empreiteiro perceberá a título de remuneração dos seus trabalhos e formação dos cafeeiros, quinhentos réis (0\$500 por cada cova verde) contendo no mínimo duas hastes em cada cova em franca produção, bem assim, os frutos que os mesmos produzirem até o fim deste contrato;

8ª O empreiteiro poderá plantar então no terreno ocupado pela lavoura a seu cargo no primeiro ano, uma carreira de milho, duas carreiras de feijão casadas e três de arroz em cada rua de café; do 2º ao 4º ano duas covas de milho no vão de cada quatro pés de café, feijão duas carreiras cruzadas e arroz três carreiras em cada rua de café, ficando compreendido que, onde for plantado arroz, não poderá plantar outro cereal.

O contrato de 6 (seis) anos é semelhante ao contrato de quatro anos quanto ao sistema de trabalho, diferindo porém, na forma de pagamento, pois o empreiteiro formador de café, apesar de todas as obrigações que teria em um contrato de quatro anos, no final do contrato ele não é remunerado em moeda pelas covas de café plantado, já que tem a seu favor a exploração total do terreno por 6 (seis) anos, como mostra a 2ª e a 6ª cláusula de um contrato citado por Faleiros (2007), feito na cidade de Lins e redigido no Cartório de Registro Civil de Franca Livro 96. Fls. 31

(...) tem justo contrato com os outorgados o plantio e formação de vinte mil pés de café nessa fazenda, sob as seguintes cláusulas e condições:

2º Os empreiteiros se obrigam a derrubar o mato, queimar e preparar o terreno, fazer a plantação e formação do referido cafezal contendo vinte mil covas e obrigam a dar esse café formado observando em tudo as regras da boa agricultura, tudo por conta deles empreiteiros, no prazo de seis anos a contar de primeiro de setembro do corrente ano, sendo que eles empreiteiros terão como remuneração pelo plantio e formação desse cafezal somente o desfrute do terreno durante todo esse prazo de seis anos e também todo o fruto que produzir o cafezal dentro do mesmo prazo, não tendo o proprietário obrigação alguma de fazer qualquer pagamento em dinheiro a eles empreiteiro.

6º Os empreiteiros ficam com o direito de desfrutar do terreno onde plantarem esse cafezal pelo dito prazo de seis anos e tudo quanto plantarem e colherem neste terreno durante o dito prazo de seis anos pertencerá exclusivamente a eles empreiteiros, inclusive o café que produzir o cafezal até o fim do sexto ano deste contrato, sendo que o plantio de cereais no terreno deverá obedecer as seguintes exigências: a) no primeiro ano poderão plantar picado, isto é, sem alinhamento e será somente feijão, arroz, milho, batatas e fumo. b) Segundo e terceiro ano poderão plantar duas carreiras de milho em cada rua de café, quatro carreiras de feijão e arroz e uma linha de batatinhas e fumo em cada rua de café. c) Nos quarto, quinto e sexto ano só será permitido plantar quatro carreiras de arroz, quatro de feijão ou uma de milho, sendo, porém em todo tempo só permitido o plantio de feijão cafelista.

Os contratos de empreita para formação de cafezal, no município de Dracena eram feitos, na maioria, de forma verbal⁴¹, dificultando a pesquisa sobre

⁴¹ A escritura de contratos feitos em cartório na região da Nova Alta Paulista era muito rara, segundo um cartorário aposentado de Junqueirópolis, isso se devia ao fato dos cartórios de registro ser muito longe das localidades de moradia dos contratados e contratantes, pois no caso de Dracena o cartório mais próximo ficava a 63 quilômetros na cidade de Lucélia, o que inviabilizava financeiramente o ato

este sistema de trabalho utilizado na época. Porém, no bairro “Maquininha” teve ampla participação da mão de obra familiar, com o desmatamento e formação de cafezais nas suas próprias propriedades, como mostra a entrevista de Adenilson Spadácio:

Nosso sítio foi formado pelo meu pai e meus irmãos, o trabalho era de sol a sol, a noite era a conta de toma um banho e ir deitada de cansado, dava até câimbra por que o negócio era pesado, era dois no machado, dois no trançador e minhas irmãs carregando os galhos e amontoando pra coloca fogo, demoramos três anos, mas plantamos tudo (ADENILSON SPADÁCIO, entrevista em 28/112008)

Portanto, o trabalho familiar era predominava na derrubada, formação e trato⁴² do cafezal, dando uma amplitude maior de análise a este tipo de sistema.

Um ponto a partir do qual os fazendeiros usavam da sujeição da renda dos camponeses formadores de café era na produção de subsistência. Por força de contrato esta produção cabia aos camponeses, porém a partir de um formato de plantio que provoca a diminuição da produção, pois na maioria dos contratos constava o modelo de plantio determinado pelo proprietário, como por exemplo, o contrato registrado no Livro de Notas n.115, fls. 65. 2º Ofício Civil de Franca:

No primeiro ano milho, duas carreiras, distante uma da outra de seis a sete palmos, arroz e feijão picado, respeitando uma extensão de um e meio palmos em volta de cada cova de café. No segundo ano uma carreira de milho distante seis a sete palmos uma da outra, cinco carreiras de arroz e seis carreiras de feijão. No terceiro e quarto ano uma carreira de milho distante seis a sete palmos uma da outra, quatro carreiras de arroz e quatro carreiras de feijão. As plantações baixas poderão ser feitas de acordo com o proprietário.

Dessa forma, na medida em que a plantação de café ia crescendo, as outras culturas iam diminuindo, tornando-se quase inexistentes, exceto o milho que era muito utilizado no plantio intercalar mesmo quando o café já estava em plena produção.

de legalização na época, já que até 1959 com a chegada da ferrovia, não havia outro meio de transporte para lá.

⁴² Entendia-se por “trato” as atividades de capinar, o desbrotamento, a adubação, os cuidados com doenças, o espalhamento do cisco e palhas do café, a arruação, a colheita e a secagem nos terreiros.

Os camponeses cafeicultores utilizavam-se de técnicas tradicionais na derrubada de matas, reproduzindo os mesmos procedimentos do lugar de onde vieram, conforme Benjamin:

Depois de preparado o terreno, eram feitas as covas, obedecendo a um distanciamento de 3,5 a 4 metros entre os cafeeiros na linha, e de 4 metros entre as linhas. Não havia preocupação com a erosão e, portanto, as linhas de cafeeiros geralmente eram dispostas obedecendo a inclinação do terreno, na direção em que as águas pluviais se deslocavam em enxurradas. Sérios problemas de transporte de solo somente foram detectados muito tempo depois, quando a terra começou a demonstrar sinais de esgotamento. A princípio, esse problema era minorado pela presença de tocos (BENJAMIN, 1998, p. 115)

Após o nascimento das mudas de café, a função era mantê-las limpas do mato, mas para o sustento da família era permitido ao formador/empreiteiro plantar lavouras temporárias entre as ruas⁴³, de onde ele tirava seu sustento até o cafezal ser formado e começar a produzir de forma efetiva. Terminada a empreitada, o formador saía à busca de outra área para iniciar novamente o ciclo ou passava após o contrato, a trabalhar como parceiro na propriedade, cuidando na maioria das vezes da mesma parcela de café que lhe coubera formar.

Os pés de café, depois de plantados ficavam dois anos em desenvolvimento, portanto sem produzir. No terceiro ano, os pés de café davam uma pequena colheita (Figura 15) e no quarto ano, a produção tinha um aumento razoável, mas ainda considerada pequena perante a produção plena que poderiam apresentar, pois o arbusto (pé de café) ainda não era formado o suficiente para dar uma grande produção como os cafezais mais velhos, o que ocorreria de forma efetiva somente após o sexto ano, por isso o formador de café tirava pouco proveito das colheitas.

Exatamente por isso os camponeses não tinham interesse nesta produção. Assim, para o camponês, a atividade econômica mais importante era usufruir do solo fértil logo após a derrubada para realizar a agricultura temporária, pois se não ocorresse nenhum contratempo, tinha a certeza de boas safras.

⁴³ Segundo os entrevistados, na área de plantio de café, havia um acordo entre o empreiteiro e o proprietário sobre o tipo de plantio a ser realizado, que seguia a maioria dos contratos vigentes naquela época. A maioria dos contratos permitia o plantio de três ruas de arroz no primeiro ano ou uma rua de milho intercalada com duas ruas de feijão, sendo uma de um lado da rua de milho e outra do outro lado.



Figura 15 – Pé de café com três anos – Dracena – 1946

Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos

As pastagens em quase todos os contratos era responsabilidade do formador de café, já que este precisava de animais para o trabalho na lavoura. O proprietário designava uma área, geralmente de capoeira (terra fraca) e áreas úmidas próximas aos córregos (terras baixas), que seria plantado o capim e transformado em pasto. Segundo Vitório Marino, antigo formador de café na região de Tupã, a empreitada era a forma mais fácil de arrumar um trabalho nas áreas novas, pois o proprietário precisava formar o cafezal e pretendia gastar pouco capital. Então:

A gente era contratado pelo dono para derrubar o mato e plantar o café ou a pastagem do gado, (...) nesse período de tempo a situação era difícil, porque não tinha salário e a produção às vezes demorava até seis meses para sair, por isso, conforme o mato ia sendo derrubado, era o tempo de tirar a madeira de uso, queimar e juntar os galhos da sobra e enterrar a madeira que não ia ser usada, já começava a plantação de arroz atrás. (VITÓRIO MARINO, 90 anos, Entrevista em 02/12/2008)

Segundo Oliveira (1996) verificava-se um duplo mecanismo de apropriação da renda fundiária pelo proprietário de terras, pois ao mesmo tempo em que recebia as terras formadas prontas para a produção, sem nenhum gasto de capital ou de mão-de-obra, as áreas de plantação de café recebidas do formador, transformavam-se, a partir de então, em outra forma de geração de renda da terra, pois, às vezes, o mesmo trabalhador que formava o cafezal, agora tinha que pagar renda (em torno de 50%) para continuar a trabalhar na condição de parceiro.

A relação entre ambos tornava-se rentável ao proprietário sob dois aspectos: por um lado, ele assegurava a formação de uma nova lavoura de café, e por outro, acumulava na comercialização dos alimentos produzidos pelo formador/parceiro, pois este plantava e colhia para prover a sua subsistência, mas perdia na venda do excedente, ou sua maior parte, ao “negociá-lo” com o proprietário. Feito isto, o proprietário vendia os produtos no mercado e apropriava-se da renda devido à inequivalência dos preços, já que era difícil imaginar que os preços correntes no mercado orientassem as negociações estabelecidas entre proprietários e colonos.

A grande maioria dos contratos feitos em Dracena se dava no sistema de parceria, onde uma família, no caso das pequenas unidades de produção, ou mais famílias de parceiros, no caso das grandes propriedades, eram contratados para cuidar de uma parte da lavoura de café, que girava em torno de 4.000 pés de café por homem adulto⁴⁴, incluindo neste montante as outras culturas complementares, que seriam plantados nas entresserras de café.

Nas famílias constituídas somente por um casal, e eram proprietárias de uma pequena unidade de produção que tinha mais de 8.000 pés de café plantados, era necessário o uso de parceria ou de trabalho acessório, pois a quantidade de pés de café era superior ao que um casal poderia cuidar. Daí observarmos que o sistema de parceria não foi exclusivo das propriedades maiores, já que ocorria também nas pequenas unidades de produção.

⁴⁴ O trabalho das mulheres e das crianças na lavoura era considerado trabalho auxiliar, sendo comum no jargão campesino o termo ajudante. A mulher poderia ser contabilizada como um trabalhador na relação trabalhador/4000 pés de café, somente quando a família camponesa tivesse mais de uma filha adulta, o que geraria mão-de-obra excedente nos afazeres da casa, assim a(s) filha(s) excedente(s) no trabalho doméstico teria que ir para a lavoura, deixando de ser mão-de-obra auxiliar para se tornar trabalhador permanente na roça.

No sistema de parceria, geralmente, as famílias camponesas contratada tinha direito a metade da produção dos pés de café que lhe tocava cuidar. Assim, terminada a colheita, a secagem e o beneficiamento, as sacas seriam divididas em função da proporção estabelecida, sendo esta a única fonte de renda do parceiro, exceto nas famílias mais numerosas, que por ventura houvesse mão-de-obra excedente, esta era designava para exercer trabalho acessório (assalariado) nas propriedades vizinhas ou na mesma propriedade, em tabelas de café⁴⁵ de outros parceiros, quando a propriedade em que morava tinha outras famílias no sistema de parceria.

Os contratos de parceria não eram todos semelhantes, pois podiam variar de acordo com o tipo de cafezal, a idade de plantio, a produtividade, a fertilidade do solo e das tarefas e afazeres que o parceiro acertava com o patrão como direito de fazer um roçado para ele, criar porcos ou bovinos. Mas em média estes contratos podiam oscilar entre 0% e 20% para os produtos temporários e de 40% e 50% (meeiro) para a lavoura de café, todavia, segundo Faleiros (2007), de maneira geral:

(...) nos contratos de parceria, a natureza do vínculo era diferenciada, pois não se tratava única e exclusivamente de uma relação patrão-empregado, mas sim de uma relação entre iguais, entre parceiros, pressupondo-se a divisão da colheita, o que envolvia uma série de garantias mútuas e o estabelecimento das condições desta divisão, prazos e formas de entrega, bem como a definição sobre a quem cairiam os ônus da produção, tais como a secagem, o beneficiamento, o ensacamento, o transporte, etc. (FALEIROS, 2007, p.197)

Dessa forma, como os colonos das fazendas, os parceiros assumiam lavouras já formadas, sendo este tipo de contrato, uma maneira de dividir os custos de produção com o um terceiro, não tendo gastos com a produção e manutenção do cafezal naquela área. Porém, sabe-se que alguns parceiros conseguiram comprar pequenos pedaços de terras com a poupança do dinheiro ganho no trabalho em épocas de grandes safras de café, transformando-se em pequenos proprietários.

Este artifício não era visto pela família camponesa como forma de acumulação e concentração de terras, mas uma forma de impedir a exploração de

⁴⁵ Tabela de café era como os colonos do oeste paulistas denominavam uma pequena gleba de pés de café, pois como nas áreas de cafeicultura as características dos cafezais não eram homogêneas, era comum os proprietários dos cafezais repassarem para os parceiros várias pequenas glebas de café em lugares diferentes dentro da propriedade, isto para que um parceiro não tivesse vantagem sobre o outro por estar de posse de um cafezal com maior produtividade.

sua mão-de-obra e de sua família e ainda garantir um espaço de sobrevivência e de reprodução do modo de vida camponês

A propriedade da terra atende a um artifício indispensável para a análise da produção camponesa. Porém, nesse caso, a terra não se presta como instrumento destinado à exploração da força de trabalho alheia, já que o trabalhador camponês não compreende lucro, apenas usa sua terra (propriedade) para garantir a própria sobrevivência e a da família.

Uma forma de o proprietário se apropriar do sobretrabalho camponês se dava por meio das benfeitorias feitas nas propriedades pelos camponeses formadores de café. Segundo o entrevistado Vitório Marino, muitos proprietários cediam o talhão de mato para a derrubada e plantio de café. Como a parte empreitada não possuía moradia para o formador de café e sua família, eles construíam pequenas palhoças com tábuas de coqueiro e cobertas com sapé, que por ser de fácil manuseio era rápida a construção. Com isso, o proprietário estabelecia no contrato ou no acordo verbal, que toda benfeitoria feita na propriedade não seria indenizada e nem retirada, como define a 4ª cláusula de um contrato escrito no Livro de Notas n. 27, fls. 122 a 124. Do 2º Ofício Civil de Novo Horizonte, para formação de café em Novo Horizonte:

4ª Obriga-se o empreiteiro a zelar e conservar trazendo sempre em bom estado de conservação as benfeitorias que ora recebe e as que futuramente construir para seu uso, entregando-as afinal ao proprietário sem direito a indenização alguma pelas mesmas.

Dessa forma, muitas vezes, os proprietários incorporavam em suas propriedades casas, poços, chiqueiro de porcos, pés de frutas, hortas, cercas, através de trabalho gratuito feito pelo camponês. Em alguns casos, o proprietário exigia que a casa entregue no final do contrato fosse de madeira serrada e coberta com telha.

Nas pequenas propriedades, era comum o uso de trabalhadores em épocas de colheitas, chamados de “peões” ou “camaradas”, que exerciam o trabalho assalariado, na maioria como diarista, contratados através de um acordo interpessoal, no qual era acertado o valor do trabalho por dia descontando a alimentação. Era comum estes “camaradas” receberem seus proventos somente nos finais de colheitas, já que seus gastos eram mínimos, pois não eram acompanhados

pela família e se alimentavam na casa do contratante, por isso muitos preferiam receber todo o montante de uma só vez, como se fosse uma forma de poupança justificando a necessidade da migração.

Estes trabalhadores durante o tempo de permanência em uma propriedade moravam em galpões, tulhas ou em caso de longa permanência e criação de laços de confiança passavam a morar em quartos da casa da própria família camponesa que o contratou, às vezes como se fosse um membro da família. Os “camaradas”, na maioria, eram imigrantes nordestinos ou mineiros que vinham ganhar a vida nas lavouras de café. Na condição de solteiros, não tinham tanta preocupação com o período de retorno para casa, por isso era comum ficarem de uma colheita para a outra, principalmente quando a família do proprietário era pequena, recém-casada ou os filhos não tinham idade suficiente para o trabalho na roça. Dessa forma, existia trabalho na entressafra, havendo relatos de que alguns “camaradas” trabalharam até nove anos numa mesma propriedade, conforme podemos observar em entrevista com João M. Joviano:

Um ano depois de casado (1959) eu comprei uma chácara, mas como eu era sozinho na roça (a esposa cuidava do filho recém nascido), ajustei um camarada vindo da Bahia chamado Nelson para me ajudar na colheita, ele puxava no eito comigo como se fosse dono do serviço, o Nelson ficou 2 anos, quando acabou a 2ª colheita, ele foi embora pra casa na Bahia, mas como eu precisava de um ajudante ele mandou um irmão dele chamado Joel, que me ajudou num arrendamento que eu fiz para plantar amendoim. Como o rapaz era muito trabalhador e de confiança ele foi ficando e morou com a gente 9 anos, me acompanhando em três mudanças de sítio, era como um irmão. (JOÃO M. JOVIANO, entrevista em 21/06/2009)

O sistema de colonato esteve pouco presente no município de Dracena, pois predominava a pequena propriedade rural, dado o grande fracionamento das terras

A questão das relações de trabalho que vigoravam nas lavouras de café do oeste paulista, e, em consequência em Dracena e no bairro “Maquininha” provocou um grande número de interpretações sobre o seu caráter e suas especificidades.

O que se observa entre os entrevistados é que os termos utilizados para os sistemas de trabalho são genéricos, pois para a maioria dos entrevistados, o termo colono era empregado para qualquer trabalhador rural sendo ele formador de

cafezais (empreiteiro), assalariados ou mesmo parceiros. Porém, nesta pesquisa usaremos o conceito de Martins (1981).

Segundo Martins (1981), as relações de colonato caracterizavam-se como "não-capitalistas", pois existiam vínculos trabalhistas monetarizados, não monetarizados e alguns trabalhos gratuitos (limpar o quintal, arrumar a cerca, tratar do gado e dos porcos do proprietário), não se esquecendo também do caráter familiar do trabalho que não nos permite definir o colonato como uma relação capitalista de produção. Portanto, é o modo de produção capitalista que produz estas relações. Para o autor, a permanência na terra fornecida aos colonos edificava a utopia de estarem trabalhando para si, porém estavam somente garantindo a sua simples reprodução como trabalhador. Assim, o colonato implicava na desigualdade entre as partes contratantes. O que era fundamental aos colonos, a produção de alimentos, era visto como acessório ao proprietário, e o que era fundamental ao proprietário, a formação e o cuidado com o café, seria acessório para os colonos, visto como uma tarefa de pequeno valor.

É de se ressaltar que a forma como os contratos eram firmados, evidenciava os mecanismos de sujeição. Nas entrevistas realizadas, todos os camponeses afirmaram ter vendido o excedente da produção para os proprietários onde trabalharam. Essa situação pode ser confirmada na entrevista com os proprietários, que também afirmaram ter comprado a produção de seus parceiros, tanto de lavouras temporárias, como de café. Houve somente dois entrevistados que afirmaram não comprar a produção de seus parceiros. Porém, o produto era levado para a cidade e comercializado a seu modo, sem a presença do parceiro, que seria, após a venda, comunicado de como havia sido feita a transação. O camponês proprietário, por sua vez, também se encontrava sujeito ao proprietário da máquina de beneficiamento, devido ao adiantamento financeiro recebido para a realização da colheita. Todavia, há que se discutir, neste ponto, quais eram as perspectivas de se comercializar "livremente" os excedentes de sua produção, levando-se em conta esta "preferência de compra" sobre as produções dos parceiros, tanto de alimentos, quanto de café.

A renda da terra também pode ficar sujeita ao capital quando o agricultor, endividado, entrega ao banco anualmente os juros do empréstimo:

(...) quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização (...) suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado capitalista (OLIVEIRA, 1996, p.62).

Assim, o camponês deixa de ser proprietário concreto e passa a apresentar a posse nominal da propriedade, pois a deixa como garantia e, ainda, permite ao banco retirar a renda da terra sem ser proprietário dela. Neste caso, para sujeitar a renda da terra camponesa, os proprietários ofereciam adiantamentos para os parceiros para que esses pagassem quando vendesse a colheita, como na cláusula de nº 9 de um contrato de parceria registrado no 2º Ofício Civil de São Manoel, Livro 105, Fls. 188, no qual consta que “o proprietário se obriga a fornecer de trezentos mil réis a quatrocentos mil réis por sessenta dias de gêneros, ao preço corrente do dia que pagarão com juros de 8%, em café ou dinheiro corrente” (FALEIROS, 2007, p. 264). Porém, era comum a cobrança de juros que oscilavam entre 8% até 18% ao ano⁴⁶ nos anos de 1945 até meados da década de 1970, já que após esse período, o Brasil foi assolado por um surto inflacionário que durou até a implantação do Plano Real em 1994. Por isso, neste período os camponeses, tanto parceiros como proprietários tiveram que buscar financiamentos junto a instituições financeiras.

Esta prática, mencionada por Oliveira (1996), figurava como importante mecanismo de sujeição, pois “amarrava” o empregado ao proprietário diminuindo a porvindoura habilidade na negociação do trabalhador na ocasião de fechamento do novo contrato e dificultava seu direito de vender o cultivo como bem achasse melhor.

Havia ainda uma gama de outras atividades que eram consideradas pelos proprietários como uma obrigação dos colonos, como limpar o quintal do patrão todo final de semana, descascar as espigas de milho para o trato dos animais domésticos, limpar as pastagens em dias de chuva, já que havia a impossibilidade de trabalho no cafezal e em alguns casos até cuidar do café durante a secagem no terreiro, conforme podemos observar nas cláusulas de um contrato de parceria da cidade de Igarassu, registrado no 2º Ofício Civil de São Manoel Livro 105, Fls. 188 e citado por Faleiros (2007, p. 264)

⁴⁶ Segundo o bancário aposentado do Banco do Brasil Antônio Lima, responsável pela carteira agrícola do banco na década de 1970, os financiamentos para gastos com a colheita do café oscilava entre 3% e 6% dependendo das garantias dadas pelos requerentes e do tamanho da área da propriedade em que o financiamento pedido seria destinado.

Saibam quantos esta virem que (...) perante mim compareceram partes entre si justas e contratadas, para ajustaram a escritura pública de contrato de parceria constante das seguinte cláusulas, a saber: (...)

3º Os meeiros se obrigam mais a tratar a tropa composta de quatro animais e zelar pelas replantas do café;

4º Se terminado o prazo deste contrato faltarem pés de café, pagarão os meeiros dois mil réis por pé que faltar;

5º O café colhido será seco no terreiro pelos meeiros e postos na tulha;

6º O meeiro obriga-se por sua conta própria a extinguir os formigueiros que venham danificar a lavoura a seu cargo, fornecendo para isso a formicida que for necessária para essa extinção;

8º Os meeiros se obrigam mais a concertar as cercas, carpir os pastos, roçar as beiradas da mata, a planta de cereais no cafezal, tudo de acordo com o proprietário;

10º Os meeiros se obrigam a conservar as benfeitorias que fizerem que ficarão pertencendo ao proprietário sem direito a indenização alguma;

11º Fica estipulada uma multa de cinco contos de réis para a parte que não cumprir as cláusulas deste contrato até o final;

13º Os colonos meeiros darão conta do serviço a seu cargo empregando o seu próprio trabalho ou dos camaradas necessários contratados por sua conta e não poderão remover do sítio suas criações, sua mudança e tudo mais que ali tiverem, antes de darem cumprimento a este contrato.

Por se tratar de uma “obrigação” estas atividades eram, na maioria das vezes, realizadas por crianças e mulheres que nada recebiam pelo trabalho.

Os contratos eram na maioria dos casos instrumentos de opressão dos trabalhadores. Era usado como uma forma de manter a mão-de-obra na propriedade, mediante registro de multas, cobrança de taxas e garantir ao proprietário o direito de fiscalização das tarefas, visando minimizar as possibilidades de abandono da lavoura e garantir ao proprietário uma série de direitos unilaterais, pois se o proprietário quisesse se livrar de algum trabalhador bastava que ele entendesse que uma atividade não tinha sido desempenhada segundo o que estava no contrato, já que os critérios de vistoria eram muito impessoais, podendo o empreiteiro ou parceiro ser despedido por qualquer motivo apontado pelo proprietário como, o número excessivo de animais (porcos, aves, vacas), acusação de preguiça, o alcoolismo, o uso de terras que não estavam no acordo, brigas, animais que pulavam a cerca entre outros, que apontava para um desnivelamento das forças muito desigual nas relações de trabalho.

Apesar de uma grande quantidade de contratos de trabalho, a maioria deles era estabelecido verbalmente, isto é, num acordo entre patrões e empregados, onde o que valia era o que tinha sido conversado no momento do acordo, como afirma um agricultor aposentado, sobre o uso do sistema acima:

Não tinha contrato escrito, as coisas eram feitas no “fio do bigode”⁴⁷. O que era conversado era “palavra de rei”, tinha que ser cumprido, nada era assinado, por que as coisas eram acertadas e se uma das partes não cumprisse, o boato corria o bairro e se fosse patrão ninguém queria trabalhar para ele e se fosse empregado, naquele bairro ele não arrumava mais colocação, por isso as coisas tinham que ser certas (VITÓRIO MARINO, 90 anos. Entrevista em 02/12/2008).

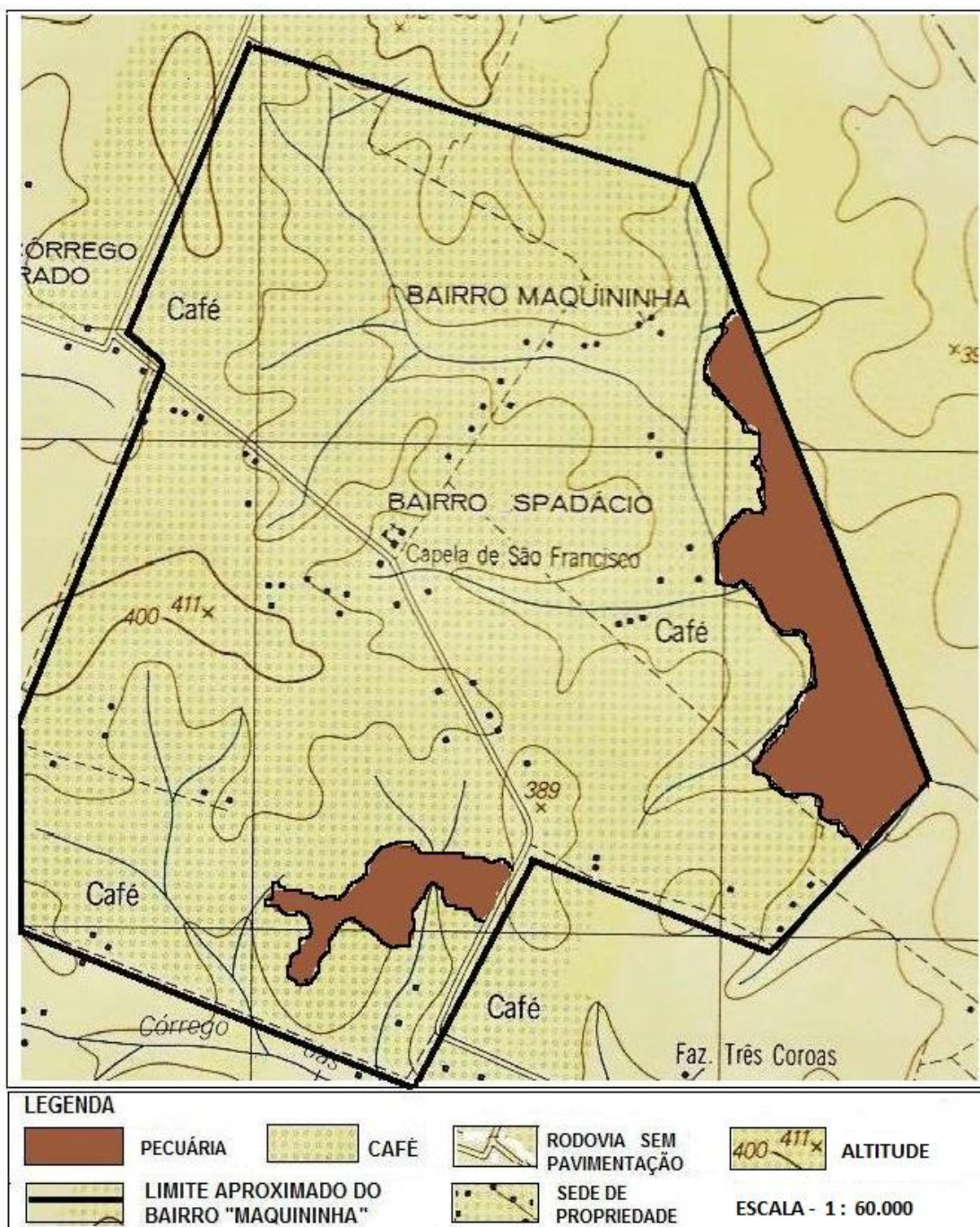
Na análise desta entrevista se percebe os detalhes de uma ordem moral, com seus significados, característica de uma distinção do modo de vida camponês no bairro “Maquininha”, reforçada na análise de Woortmann (1990) quando ele afirma que os camponeses são conduzidos por uma lógica que se registra no plano moral, e não pode haver a subversão desta ordem, que ele chama de “(...) ética camponesa, constitutiva de uma ordem moral, isto é, de uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra”. (WOORTMANN, 1990, p. 11).

A partir da década de 1990, o café foi quase que totalmente erradicado no Bairro “Maquininha”, sobrando somente quatro proprietários que ainda mantêm a cafeicultura de um total de 48 propriedades. Com a retirada dos pés de café, a maioria dos proprietários se voltou para a pecuária ou venderam suas propriedades para comerciantes urbanos, funcionários públicos aposentados e pessoas ligadas à terra que pensam em expandir seus domínios.

Numa comparação entre o Mapa 4 e a Figura 16 podemos analisar as áreas ocupadas com café e com pecuária em 1975 e em 2003. A cultura de café ocupava quase toda a extensão do bairro, ficando somente as margens dos córregos com a prática da pecuária (Mapa 4). Na Figura 16, verifica-se que a cafeicultura foi quase que totalmente erradicada do bairro, cedendo espaço para as pastagens, restando apenas 4 propriedades que ainda mantêm a cafeicultura.

⁴⁷ A expressão “fio do bigode” surgiu há muito tempo e consistia em garantir a palavra acertada com um fio da própria barba, retirada do bigode, apesar de que isso não ocorria, mas era uma forma de expressar a honradez de uma pessoa. Por décadas representou o fechamento de negócios sem nenhum documento assinado, somente pela palavra do homem e um aperto de mão.

Carta Geográfica1 – bairro “Maquininha” - plantações de café e pecuária – 1975.



Fonte: Serviço Gráfico do IBGE – 1975. -

Organização: Joviano C. V. M.



Figura 16 – Vista área do bairro “Maquininha” em 2003

Fonte: Digital Globo – Organização Joviano, C. V. M.

Destas quatro propriedades que ainda mantêm a cafeicultura, três são cultivadas pelos proprietários. Destas três propriedades, uma recebeu a implantação de técnicas de irrigação e de plantio consorciado com acerola⁴⁸, porém, nas outras duas ainda se produz nos moldes tradicionais, sendo que uma delas é de posse de uma família camponesa formada por um senhor aposentado e seus dois filhos e a

⁴⁸ Esta situação de resistência camponesa será analisada no capítulo 4

outra é de posse de uma família que alega ainda manter o café somente como um patrimônio familiar, pois a maioria da renda vem do emprego assalariado da esposa e da filha que trabalham fora da propriedade.

A quarta propriedade é de posse de um senhor aposentado que mora na cidade e paga mão-de-obra volante quando necessário.

3.1.2 Auge e Crise: Encontros e Desencontros.

A territorialização da cafeicultura no município de Dracena está diretamente ligada aos mecanismos de (re)criação do campesinato.

O município de Dracena-SP foi fundado aproximadamente uma década e meia após a crise de 1929, em um período em que o governo federal buscava uma reorganização do mercado interno, principalmente no que diz respeito ao setor agrícola, com a atividade cafeeira muito abalada pela queda dos preços, além do setor industrial, que tinha de gerar o capital para a industrialização de base. Assim, as políticas públicas daquela época visavam beneficiar os interesses dos grandes capitalistas do café, sobretudo ao transferir os recursos públicos para o setor privado, com a intenção de suplantar o colapso financeiro em que passavam os grandes produtores de café, que pelejavam com os baixos preços obtidos nas safras.

Assim, no município de Dracena, por ser uma área de ocupação recente, a lavoura cafeeira imperou e, além disso, incorporou novas áreas ao seu cultivo, devido à grande quantidade de solos férteis, e ao fato de serem recém desmatados, possibilitando uma elevada produtividade para os cafezais. Neste contexto, mesmo com a instabilidade gerada pela crise e pela desconfiança dos produtores, com relação às medidas do governo, os produtores obtinham renda com a atividade cafeeira. É o que explica o fato de, ainda em crise, o café atrair tantos produtores para as faixas “novas” em busca de aumentar ainda mais os cafezais, apesar de, do ponto de vista econômico, o número de cafeeiros tivesse ultrapassado além do limite suportável.

A expansão da lavoura cafeeira foi acelerada e motivada pela perspectiva de boas safras que se garantia na riqueza natural do solo e pelos baixos custos de

produção, devido ao uso de mão-de-obra de familiar, em sua grande maioria e de famílias de parceiros.

Nas terras recém colonizadas do bairro “Maquininha”, apesar do predomínio, a cafeicultura não tinha o domínio absoluto nas propriedades, pois as famílias camponesas antes e durante a prática da cafeicultura cultivavam produtos concorrentes como parte da estratégia camponesa para enfrentar possíveis crises, como o milho, o algodão, o amendoim, o feijão e o arroz, nas terras mais férteis, havendo ainda os produtos de menor área para a subsistência direta como abóbora, quiabo, hortaliças, abacaxi, mandioca, batata doce, determinados tipos de frutas e havia ainda a plantação de amoreiras para a produção de sericicultura, que para os descendentes de japoneses era uma das formas mais rápidas de ser conseguir dinheiro, pois em aproximadamente 40 dias saía uma produção de casulos que eram comercializados em Bastos ou em Marília:

Nossa família veio de Bastos em quatro irmãos no ano de 1951, por que já tinha alguns japoneses de lá que tinha comprado terras aqui e mandava carta falando muito bem das terras da fazenda Três Coroas. Compramos dois sítios de 10 alqueires e dividimos em 5 alqueires para cada um. Naquela época o Japão comprava toda a seda que a gente produzia e pagava a vista. (...) Os dois irmãos mais velhos (Massashi e Pedro) plantaram 12 mil pés de café, um pedaço de pasto e a outra metade com amora. Eu e o outro irmão (João) plantamos quase tudo em amora, deixamos só um pedacinho para pasto (SHIGUEO SOBU, entrevista em 29/08/2008)

Dessa forma, a região do atual município de Dracena passou por grandes alterações, tanto com os desmatamentos, como nas relações de trabalho, de uso da terra, das formas e diversificações de produção além, do fracionamento das glebas que, para atender a demanda por terras e a lucratividade na comercialização, fez surgir uma grande quantidade de pequenas propriedades.

Todavia, apesar da variedade de produtos em muitas propriedades, quase todas as propriedades do bairro “Maquininha” tinham plantações de café em maior ou menor quantidade, já que o café juntamente com o algodão e a sericicultura apresentavam uma maior procura no mercado internacional, por isso tinha preços mais atrativos, o que explicava o fato de produtos como o arroz

apresentar uma maior produção em toneladas, mas quando se comparava os preços de venda, o café, o algodão e a sericicultura era mais interessantes.

Por muito tempo, a cafeicultura produziu à custa dos solos férteis naturais, pois o uso de adubos químicos, calcário, insumos e defensivos agrícolas eram praticamente desconhecidos pela maioria dos cafeicultores. Por isso, as primeiras colheitas alcançaram elevados índices de produtividade, sendo comum algum produtor conseguir produzir uma média de 150 sacas por 1000 pés de café, quantidade considerada expressiva. Se o trabalhador rural conseguisse chegar até a época da colheita de café sem comprometer o seu orçamento, isto é, se ele conseguisse tirar o sustento da família das lavouras de autoconsumo, sobriaria grande parte da colheita do café, por isso ao vender a referida colheita era comum a família expandir o tamanho da propriedades ou ainda investir em conforto para a casa como televisão, aparelhos domésticos, veículos. Sendo ele um parceiro poderia adquirir uma pequena propriedade nas novas frentes de expansão se a família assim necessitasse e o acompanhasse.

No entanto, nem todos os cafeicultores conseguiam boas safras, devido ao desgaste do solo. A produtividade passa a depender de novas técnicas de produção, como curvas de nível, adubação química, largura das ruas de café e novas variedades:

Os que tinham acesso a essas informações e tinham meios de torná-las realidade quase sempre foram bem sucedidos. Aqueles que se mantiveram apegados aos procedimentos que aprenderam em lavouras por onde passaram - e eram muitos -, procedimentos esses que na ocasião, já estavam sendo reprovados - condução dos tratamentos culturais, a colheita e o preparo do café - contribuíram para que o café, não só do município, mas também da Nova Alta Paulista, se tornasse conhecido como sendo de péssima bebida, perdendo muito em preço e receptividade no mercado. (BENJAMIN, 1998, p. 116-118)

Quando os pés de café começaram a produzir, a comercialização das colheitas não era feita de forma direta, pois os cafeicultores vendiam a produção para os proprietários das máquinas de café que operavam junto às máquinas de beneficiamento. Portanto, as alternativas para o comércio eram poucas, reduzindo os ganhos do produtor.

No entanto, os pequenos proprietários, devido ao desconhecimento de como funcionava o mercado de café e o alto custo do frete para transportá-lo até os pontos de embarque, as máquinas de beneficiamento de café tornaram-se o

principal meio de comercialização⁴⁹ de seus produtos, seja ele o café, como também os produtos de autoconsumo.

As terras aqui eram muito boa, a gente tirava cada colheita que dava gosto. (...) Teve muita gente no início que conseguiu seu pedaço de chão com o café e também porque não dependia do adiantamento do maquinista, por que esses se fazia de amigo mais era tudo chupim⁵⁰, quase todos enricava a custa do café dos pequeno que não tinha outra saída e se enterrava na máquina ai quando ia vender o café mal dava para pagar o adiantamento. (LUÍS FERREIRA, entrevista em 12/09/2008)

Além de compradores, esses empresários, em geral, capitalizados, transformaram-se também em financiadores das produções, pois na maioria das vezes, existia uma relação de amizade e de confiança por parte dos camponeses, que por isso tinha uma facilidade de acesso ao dinheiro, que comumente era oferecido aos produtores como forma de “adiantamento” para a realização da colheita. Com isso, os agricultores tornavam-se vulneráveis aos interesses destes maquinistas, pois quase sempre era cobrado nestes ditos “adiantamentos”, juros mais altos que as instituições bancárias praticavam na época, resultando em dupla apropriação da renda da terra, pois além de pagar juros pelos empréstimos o cafeicultor ficava amarrado a este maquinista, tendo que lhe vender a produção, que nem sempre pagava o preço e o peso justos. Todavia, isto não acontecia com os grandes proprietários que tinham acesso facilitado aos benefícios dos bancos oficiais, já que eram possuidores de outros imóveis aceitos como fiança para a obtenção de financiamentos a juros mais baratos.

Com essa variedade de produtos e com a ampliação da cafeicultura na região, além de várias máquinas de beneficiamento de café, foi importante a atuação das cooperativas agrícolas, que a partir de meados da década de 1960, se instalaram no município de Dracena e arredores. Dentre estas cooperativas, se destacaram na região, a Cooperativa Agrícola de Cotia e a Cooperativa Agrícola Sul Brasil⁵¹, organizadas por imigrantes japoneses que vieram das antigas zonas

⁴⁹ Os grandes proprietários, pouco dependiam dos maquinistas, pois eles próprios instalaram suas máquinas de beneficiamento e outros equipamentos, como secadoras, barracões para armazenamento etc.

⁵⁰ Nome de um pássaro que bota seus ovos no ninho do tico-tico para que este crie seus filhotes e adotado no meio popular como termo pejorativo dado para as pessoas que se aproveitam da inocência, da ignorância ou de uma situação para explorar outras pessoas financeiramente.

produtoras.

Segundo Gil (2007), estas cooperativas vinham para a região interessadas em comprar a produção agrícola para revendê-la aos grandes centros, além de exportar os produtos de maior procura no mercado internacional e fornecer insumos e ferramentas aos cooperados. Nesse sentido, a vantagem da cooperativa em relação às máquinas de beneficiamento era que o produtor, ao vender a sua produção conseguia o preço de mercado praticado nos grandes centros e não estava preso às amarras de um especulador.

Com o objetivo de defender o preço do café em todas as partes e incentivar o investimento em melhoria genética com melhores variedades, tanto na produtividade, como na qualidade da bebida e na resistência a doenças, o governo, no ano de 1952 criou o IBC, pois, dessa forma, além de cuidar dos interesses do setor cafeeiro, o Estado se apropriaria de parte da comercialização, transferindo rendas obtidas com o café para outros setores econômicos. Assim o governo exerceria papel essencial na tomada de decisões de importância nacional.

O ajuste dos preços do café era de interesse, das empresas beneficiadoras e torrificadoras, como também dos produtores rurais, especialmente os pequenos, que tinham como planejar suas produções ante a estabilidade dos preços, e, com isso não perdiam nas vendas e na elevação dos preços dos insumos que tinham que comprar para manutenção da produção.

Segundo Rosas (2002), a alteração dos preços do café pode ser entendida quando assim analisada:

(...) se por algum motivo, os preços do café subirem em um período, a tendência é que os produtores passem a plantar ainda mais pés de café, que entrarão em produção em um período posterior há três anos. Na medida em que essa plantação adicional começa a produzir e seus frutos ingressam no mercado, a oferta ultrapassa em muito a demanda. Os preços tendem a cair e o mercado se estabiliza a níveis muito baixos de preços. (ROSAS, 2002, p.33)

Excetuando-se a geada de 1953, nenhum fator de ordem natural havia dificultado a cafeicultura no bairro “Maquininha”. Porém, no ano de 1962, em função

⁵¹ A CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia tinha sua sede no município de Cotia, na região metropolitana de São Paulo e a filial mais próxima estava instalada no município de Irapuru a 20 quilômetros de Dracena, porém havia muitos cooperados neste município. Já a Cooperativa Agrícola Sul Brasil, estava instalada em Dracena, mas atualmente só resta o prédio abandonado, pois as duas cooperativas tiveram suas falências decretadas na década de 1990.

de uma super safra⁵² em São Paulo e Paraná, o preço da saca de café caiu, mas em função de uma geada no Paraná em 1963 e de uma seca que assolou a território paulista no ano de 1965, neste mesmo ano os preços voltaram a subir, Contudo, por volta da década de 1960, a cafeicultura da região da Nova Alta Paulista, e em consequência no bairro “Maquininha”, atingiu o auge de produção, e a partir daí os cafezais começaram envelhecer e trazer alguns problemas para os produtores, tanto aqueles de nível local como os problemas de nível externo ao bairro. Nesse sentido, a economia cafeeira começava a sentir uma série de inconstâncias que desestabilizaria por completo a atividade na região, a começar pelos problemas de geadas em 1967 e 1969 que deixaram boa parte dos cafeeiros do bairro deficitários. Porém, compete ressaltar que mesmo com a perda de expressividade econômica, a cafeicultura continuou sendo muito cultivada, porém com menor magnitude, sendo substituída por outras culturas agrícolas - principalmente com a pecuária - que começaram a ganhar mais espaço, sobretudo nas grandes propriedades. Fato também verificado por Benjamin (1998), atribuindo a diminuição dos cafezais e a adoção das pastagens em suas propriedades à regulamentação do ETR/1964⁵³, pois para o autor:

(...) a nova legislação trabalhista para o trabalhador rural proporcionou uma revolução nas relações de trabalho no campo, criando uma série de atritos entre as partes e com graves consequências para a cafeicultura, a qual contava com um maior número de trabalhadores em situação bem diversa daquela que fora determinada pela nova lei. (BENJAMIN, 1998, P 129)

Concomitante à diminuição da mão-de-obra na cafeicultura, se dá a implantação de um programa de erradicação remunerada para substituição e diminuição dos cafeeiros decadentes. Todavia, a implantação do GERCA⁵⁴ pelo governo paulista não alterou o número de pés de café no bairro, pois ao mesmo tempo em que o governo incentivava a erradicação de cafezais velhos e deficitários,

⁵² A safra brasileira ficou em torno de 39,6 milhões de sacas no biênio 1961/62, o que fez cair um pouco os preços, principalmente em agosto de 1963.

⁵³ Estatuto do Trabalhador Rural (ETR – 1964) é uma lei publicada em novembro de 1964, e que entre outras coisas, confere uma série de direitos ao trabalhador rural, nos moldes do trabalhador urbano, como: jornada de trabalho, férias, licenças, horários para refeição, descanso remunerado, além de contribuições previdenciárias de parte do trabalhador e do patrão. Apesar de ter sido publicado em 1964, seu resultado vai ser sentido em grande escala no início da década de 1970.

⁵⁴ Grupo de Racionalização da Cafeicultura - Campanha do governo do Estado de São Paulo de erradicação remunerada para substituição e diminuição dos cafeeiros geados e decadentes.

outros cafeicultores realizavam novas plantações na expectativa de melhoras futuras. Porém, ao contrário do que aconteceu no bairro "Maquininha", no município de Dracena houve a erradicação de 1,6 milhões de pés de café, fato ocorrido também na maioria dos municípios paulistas.

Mesmo com esses revezes, a grande transformação da cafeicultura se deu com a geada de 1975, pois com ela, a solução para os cafeicultores do bairro foi cortar o cafeeiro no tronco (caule), alguns, rentes ao chão, deixando novamente a terra nua como se tivesse sido desmatada. Por isso, sem produção, devido à ausência dos pés de café, os cafeicultores retomam a prática das lavouras temporárias de milho e feijão, como uma alternativa mais rápida para o aumento da renda. Porém, o uso destas lavouras intercalares trouxe graves seqüelas para a cafeicultura, tanto do bairro e do município, como de todo o oeste paulista, pois foi a partir daí que o nematóide⁵⁵ proliferou de forma cada vez mais agressiva, transmitida principalmente pela raiz do feijão. Assim, quanto mais as culturas intercalares iam sendo utilizadas, mais o nematóide ia se espalhando, sobretudo, nos locais onde a enxurrada fazia o transporte de terra infectada.

Segundo Benjamin (1998), esse fato nos permite inferir que a geada, embora arrasadora, não foi um empecilho para derrubar totalmente os ânimos dos cafeicultores. Entretanto,

(...) em pouco tempo, na maioria dos casos, após uma primeira safra dos novos cafeeiros plantados depois a geada - fato não percebido antes - essas plantas foram definhando em porte, ficando com a folhagem amarelecida e bastante reduzida, denunciando claramente o enfraquecimento das raízes sob o ataque do nematóide, dando ao cafeeiro uma imagem "esquelética". (BENJAMIN, 1998 p. 135-136).

O mesmo autor cita, ainda, que não ocorreu nenhuma erradicação total dos cafeeiros como consequência de uma reação à geada, pois "os proprietários que optaram pela pastagem, fizeram isso no final dos anos oitenta ou no decorrer dos noventa, embora essa atitude possa ter sido decorrente de consequências do pós geada dessa década" (Ibidem, p. 132).

⁵⁵ O nematóide é uma praga que ataca as raízes do cafeeiro. Ela se manifesta como uma minúscula lagarta que se infiltra e se conduz pelo interior da raiz, deixando-a oca e diminuindo a capacidade de absorção das plantas. Como as raízes do cafeeiro da espécie *coffe arábica* se retardam muito tempo para serem reproduzidas, vai havendo uma redução cada vez mais acentuada das mesmas até a morte total da planta.

3.2 Os Fatores de Desarticulação da Economia Cafeeira

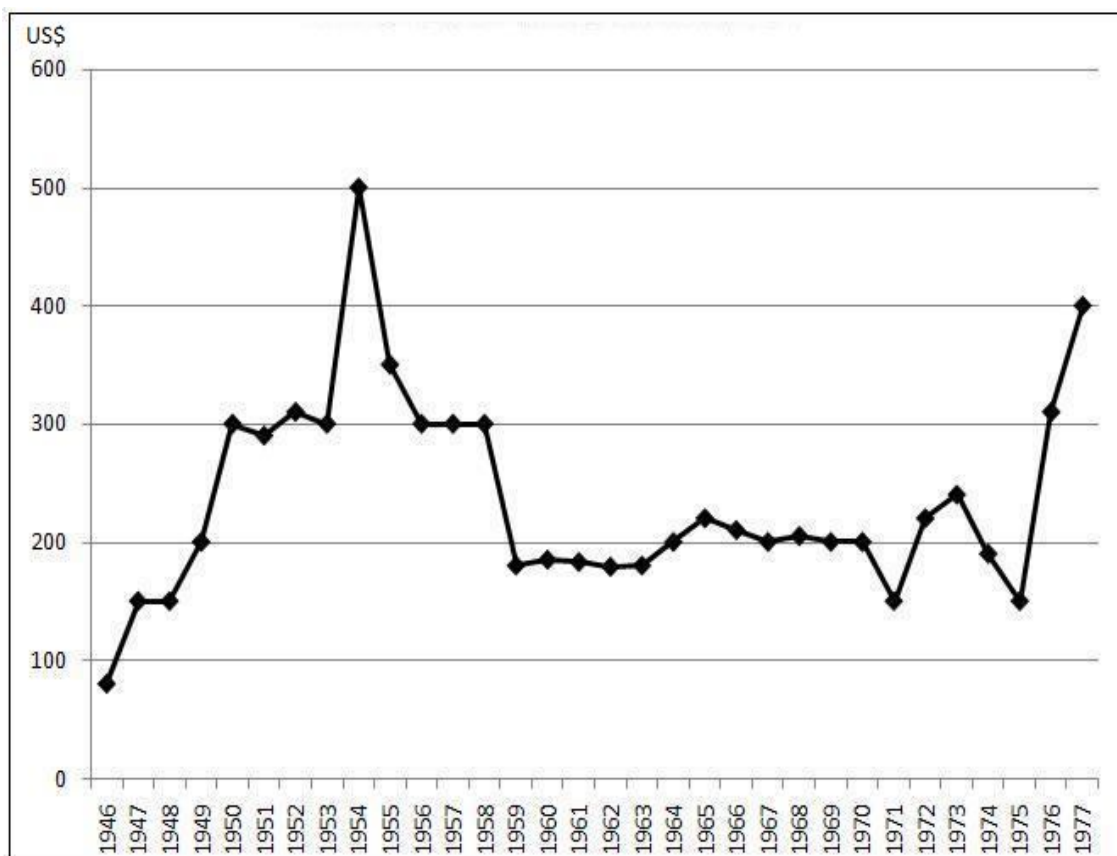
A maneira como os camponeses das pequenas unidades de produção foram desterritorializados, são fenômenos que não podem ser desconsiderados, pois o processo vivenciado pelos trabalhadores rurais e a dinâmica de expropriação do trabalho pelo capital no bairro “Maquininha” teve como conseqüência, para uma parte dos moradores, a migração forçada de várias famílias que viviam do trabalho na terra para os centros urbanos, perdendo o meio de produção.

De modo geral, as políticas governamentais, especialmente o sistema de fornecimento de crédito e financiamento à produção agrícola privilegiaram os produtos destinados à exportação e ainda as grandes propriedades, pois nelas poderiam ser aplicadas as inovações tecnológicas, e, como no bairro “Maquininha” predominava as pequenas e médias propriedades, os camponeses sempre encontraram certa dificuldade de se inserir nos projetos de auxílio governamental. Além do que, sendo o café, uma cultura predatória e juntamente com as técnicas de cultivo rudimentares usadas pela maioria dos proprietários e colonos, as terras do bairro sofreram um processo de esgotamento, enfraquecendo ano a ano a produção, obrigando os cafeicultores, proprietários ou não, a se endividarem em instituições bancárias através de financiamentos para a compra de adubos químicos e produtos para a correção do solo, na intenção de melhorar suas lavouras. Porém, os preços do café não ajudavam, já que havia aumentado o custeio da propriedade, mas não o preço da saca de café no mercado. Além disso, outros fatores se somaram para dificultar ainda mais a situação dos cafeicultores, principalmente dos pequenos que não tinham a proteção dos créditos das políticas públicas. Dentre eles podemos citar.

Inicialmente podemos mencionar as instabilidades da cotação de preços do café, devido a geadas e secas, fazendo com que o preço oscile bastante. No período em que se inicia a produção de café no Bairro Maquininha - o preço oscila de US\$ 80,00 a US\$ 500,00 (Gráfico 2). Podemos observar que o preço da saca de café nos momentos de superprodução, tende a cair muito como nos anos de 1954/55/56, além de 1971 e 1975. Todavia, o contrário pode acontecer, pois quando

ocorre um contratempo, como geadas e secas, a produção diminui muito e o preço sobe como nos anos de 1946 a 1953 e 1976/77, mas se analisarmos o histórico do preço do café durante as décadas de 1940/50/60/70 verificaremos que o preço da saca de café teve uma média em torno de US\$ 200,00.

Gráfico 2 – Valor anual da saca de café no Brasil de 1946/77 em Dolar (US\$)



Fonte: IBGE

Organização Joviano, C. V. M.

Com esta oscilação nos preços, o cafeicultor começou a viver uma insegurança e, por vezes, tinha medo de fazer grandes investimentos na lavoura cafeeira, o que lentamente trouxe como consequência a diminuição da produção em virtude do enfraquecimento do cafezal.

Outro fator a contribuir para piorar a situação foi a regulamentação do ETR (Estatuto do Trabalhador Rural) de 1964, que alterou toda uma relação de trabalho há muito tempo alicerçados na ordem moral e nos contratos verbais e escritos que era praticado desde o século XIX. A partir deste regulamento de

trabalho, muitos parceiros foram dispensados e desalojados das moradias na zona rural indo para a periferia da cidade, transformando-se em bóias-frias.

Como resultado desta evasão de trabalhadores do campo, na atualidade é comum encontrar casas abandonadas no meio das pastagens, também ruínas de antigos terreiros de secagem de café, destruídos pelo pisado do gado, além de aglomerados de pés de manga e goiabeiras que sobraram dos antigos pomares plantados pelos camponeses como mostram as Figuras 17, 18, 19 e 20.

Na Figura 17, temos o exemplo de um terreiro de secagem de café na propriedade de Lítuo Takeshita, abandonado pelo proprietário anterior Hideo Takata desde 1989. Segundo o relato do antigo proprietário, os motivos que o levaram a abandonar a lavoura de café e vender a propriedade foram: o baixo preço da saca de café e a queda na produção dos cafezais, já que descapitalizado não conseguia comprar os insumos para tratar da lavoura.



Figura 17 – Terreiro de secagem de café abandonado nas terras de L. Takeshita
Fotografia: Organização Joviano, C. V. M. – 24-01-2009

A Figura 18 mostra a antiga moradia de Jorge Takaki, filho do sericultor e cafeicultor Akira Takaki, que primeiro abandonou a lavoura de amoreiras, alegando que o preço pago pela empresa Bratac de Bastos era muito aquém dos custos para a criação do bicho-da-seda, por isso abandonou a sericultura em 1978 e transformou as terras de amoreiras em pecuária, posteriormente também abandonou a cafeicultura, segundo o filho o motivo foi a baixa produtividade do cafezal e o baixo preço da saca de café, por isso com a morte do pai, o herdeiro Jorge Takaki vendeu a propriedade e montou uma oficina auto elétrica na cidade de Dracena. Ainda, segundo o herdeiro a venda da propriedade se deu por que após a substituição da amora e do café, a produção da propriedade ficou pequena para sustentar a família com a pecuária.



Figura 18 – Casa abandonada – Antiga moradia de Jorge Takaki
Fotografia: Joviano, C. V. M. – 24-01-2009

A Figura 19 mostra a antiga residência do camponês Augusto dos Santos que abandonou o campo por ter o contrato de parceira encerrado e por isso ter sido

dispensado da propriedade onde trabalhava com a esposa e dois filhos, já que o proprietário do sítio arrancou o cafezal e plantou capim para criação de gado.



Figura 19 – Casa abandonada – Antiga moradia de Augusto dos Santos
Fotografia: Joviano, C. V. M. – 24-01-2009

Quanto à Figura 20, a casa abandonada entre as moitas de capim e antigas fruteiras e coqueiros era a moradia de José Pereira da Silva. Segundo informação de sua filha ele (o pai) arrancou o cafezal em 1976 para plantar pastagem, logo após mudou-se para americana e foi morar com a filha mais velha, onde vive com a renda do trabalho autônomo de jardineiro e do aluguel das pastagens do sítio para criação de gado.



Figura 20 – Casa abandonada – Antiga moradia de José Pereira da Silva
Fotografia: Joviano, C. V. M. – 24-01-2009

O terceiro fator a destacarmos foi a geada de 1975, que queimou todos os cafezais que iam do Estado do Paraná até o sul de do Estado de Minas Gerais, incluindo aí todo o Estado de São Paulo e em conseqüência, o bairro “Maquininha”.

Com essa geada houve a necessidade de reorganização através da recuperação e ajustamento das lavouras às condições determinadas pelo PRRC - Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais⁵⁶, com o uso de novas técnicas no preparo dos terrenos, a utilização de plantio com curvas de nível, tratos culturais

⁵⁶ Segundo Fonseca e Matsunaga (1981), a partir de 1967, os Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais passaram a trazer uma série de programas para fomentar um conjunto de inovações e implementar mudanças definitivas ao perfil da cafeicultura para se adaptar ao modelo de modernização da agricultura . Entre os principais estavam o:

- a) Programa de Financiamento em Formação de Mudas (1970/71).
- b) Programa de Financiamento ao Plantio de Cafezais (1969/70 e 1977/78).
- c) Programa de Financiamento para Recepa e Decote de Cafezais (1971/72 e 1976/77).
- d) Programa de Incentivo ao Uso de Fertilizantes e Corretivos (1970/71 e 1974/75).
- e) Programa de Financiamento de Defensivos na Lavoura Cafeeira (1970/71).
- f) Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Defesa Fitossanitária de Cafezais (1972/73 e 1976/77).
- g) Programa de Renovação Gradual de Cafezais e Programa de Melhoria da Infra-estrutura nas Propriedades Cafeeiras (1975/76 e 1976/77).
- h) Programas de auxílio a cafezais geados (1975/76).

adequados, emprego de defensivos agrícolas, fertilizantes e correção dos solos empobrecidos pelo uso de técnicas inadequadas no passado. Assim, esses produtores remodelaram suas culturas e mudaram o cenário do cafezal, adotando novos plantios no lugar dos cafeeiros velhos e quase improdutivos. Nessa ocasião, alguns proprietários aproveitaram para introduzir novos cultivares como o Mundo Novo e o Catuaí em substituição ao Sumatra e o Bourbon utilizados na região. O cultivar Mundo Novo teve uma boa adaptação, porém as experiências feitas por alguns proprietários com o Catuaí, naquela ocasião, foram frustrantes, pois após uma grande safra o cafeeiro definhava e alcançava baixa produção.

No entanto, após a geada de 1975, o preço do café teve altas sucessivas chegando a atingir valores próximos de quatrocentos dólares (US\$ 400,00) a saca⁵⁷. Nessa perspectiva, alguns produtores, na esperança de que os preços continuassem altos por muito tempo plantaram novas áreas com café. Porém as colheitas nunca mais foram como outrora.

A dispersão do nematóide que atacou as raízes do cafeeiro, deixando-a oca e diminuindo a capacidade de absorção das plantas que se recuperavam da recepa (corte) provocada pela geada de 1975, também foi um fator a contribuir para piorar a situação dos cafeicultores. O nematóide deu a muitos cafezais um aspecto desolador, pois com o enfraquecimento das raízes das plantas, não tinham força suficiente para adquirir a água e os nutrientes do solo, por isso adquiria uma cor amarelada, e no período de seca (inverno) era comum muitos ramos secarem, não apresentando florada para a próxima colheita.

⁵⁷ Desde que começou a cafeicultura no bairro “Maquininha”, o preço da saca de café teve um valor maior que este somente em 1954, quando a mesma atingiu o patamar de US\$ 500,00.



Figura 21 – Pé de café com nematóide da propriedade do Senhor Renor Bachega
Fotografia: Joviano, C. V.M. em 18-07-2009

A dificuldade de crédito e a vigência das altas taxas de juros também merecem destaque, pois os pequenos proprietários não tinham os privilégios dos fazendeiros, já que, recebiam o financiamento em atraso, tinham que pagar uma parcela antes da colheita e, muitas vezes, se endividavam quando tinham que fazer novos empréstimos a juros elevados. Era uma prática muito comum os pequenos produtores recorrerem a amigos e parentes, para conseguir um aval de títulos bancários. Mas quando não conseguiam estes produtores muitas vezes endividados e com a colheita por começar recorriam aos maquinistas, que por afinidade de interesses entre as máquinas de beneficiamento e o produtor de café, tornava estes empresários “a melhor opção de financiamentos para a produção, para a formação de novas lavouras e até para gastos pessoais do produtor ainda por muito tempo” (BENJAMIN, 1998, p. 118).

Por fim, cabe mencionar também a extinção do AIC (Acordo Internacional do Café) e do IBC (Instituto Brasileiro do Café); tornando o café um dos primeiros setores a serem atingidos pelo fenômeno da mundialização econômica, pois em

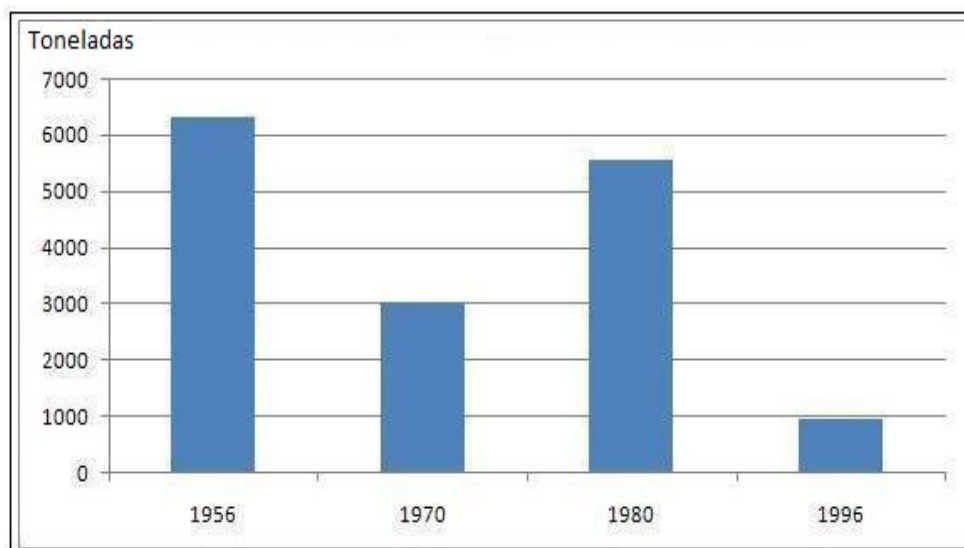
julho de 1989 caíram as cláusulas do AIC e em março de 1990 foi extinto o IBC que interrompeu uma série de ações do governo na política de preços na tentativa de impedir grandes oscilações internas, exceto em problemas de ordem natural como geadas e secas. Sem o IBC, que administrava os mecanismos de estabilização interna do preço do café e, sem o AIC, que regulamentava o mercado, houve uma desestruturação do comércio mundial de café, que com o avanço da desregulamentação de preços e a elevada produtividade ocorreram enormes quedas nos preços do café dos países produtores, acentuando a concorrência.

Assim, dos desdobramentos da crise, que se arrastava por muito tempo, mas ainda era controlada pelo Estado, teve um impacto, sobretudo nos pequenos produtores que com a saída do Estado do setor, somado à baixa qualidade do produto brasileiro⁵⁸ e aos baixos rendimentos de suas propriedades, não suportaram a concorrência de preços e abandonaram suas lavouras, abrindo o espaço da cafeicultura para os grandes produtores mecanizados.

Esses fatores, conjugados ou não, colaboraram para a formação de um processo de empobrecimento e endividamento do agricultor, que conseqüentemente diminuiu os investimentos essenciais como adubação, tratos fitossanitários, correção do solo, levando a uma produtividade cada vez menor.

Observa-se uma grande oscilação de produção, o que também reflete muito no preço do produto (Gráfico 3). Porém, o que fica mais evidente é a diminuição de produção no ano de 1996, confirmando a situação de crise e decadência da cafeicultura, pois a diminuição da produção refere-se a diminuição da população de pés de café no município devido a erradicação em grande escala.

⁵⁸ Segundo o controle de qualidade da ABIC, no processo de retirada dos grãos de café os camponeses brasileiros fazem toda a colheita de uma só vez, misturando todos os tipos de grão, o que prejudica a qualidade. Para evitar isso, os grãos de café deveriam ser colhidos por etapas, sendo uma primeira em maio, onde colhe só os grãos cereja. Os verdes são deixados no pé para amadurecer, o que acontece no mês de julho, e em agosto é feito um novo repasse para se colher os últimos grãos.

Gráfico 3 - Produção do café em toneladas em Dracena – SP (1956/96)

Fonte: FIBGE 1956, 1970, 1980, 1996.

Organização: Joviano C. V. M.

Nessa perspectiva, a descapitalização crescente dos produtores familiares, resultou numa menor capacidade de absorção de força de trabalho, trazendo como consequência o abandono e a erradicação de muitos cafezais, desestabilizando e afastando do campo um expressivo contingente de trabalhadores.

3.3 Desterritorialização e Resistência: Faces da (re)criação Camponesa

Para a compreensão da situação vivida pelos camponeses do bairro “Maquininha”, resgatamos o conceito de desterritorialização, para tratar do processo de expropriação de grande parte desses camponeses de sua terra de trabalho e de resistência, para tratar do processo que permitiu com que muitos deles ainda permanecessem na terra ao longo desse processo.

Para Haesbaert (2004) a desterritorialização:

Trata-se da “expropriação do povo do campo de sua base fundiária” e sua transformação em trabalhador livre rumo ao assalariamento nas cidades. A

dissociação entre trabalhador e “controle” (domínio e apropriação) dos meios de produção (da terra para cultivar a fábrica ou os instrumentos para produzir) é a grande desterritorialização, imprescindível, de qualquer modo, a construção e a reprodução do capitalismo. (HAESBAERT, 2004, p.173.)

Ainda segundo Haesbaert (op. cit.), é pertinente analisar também que a desterritorialização pode ocorrer na imobilidade⁵⁹, pois os indivíduos desterritorializados ficaram despojados não apenas da posse da terra, mas lhes foram tirados os vínculos com a terra de origem, com a qual se coligavam, e ainda sofreram um desmoronamento de sua cultura, de seus apegos e de sua identificação e estima como produtores rurais. Assim a desterritorialização pode ser vista tanto pela exclusão do grupo que anteriormente se apropriava daquele espaço, quanto pela perda de raízes daqueles cuja cultura foi derrocada.

Assim, se considerarmos que a reterritorialização também se dá com a reconstrução do território, no bairro “Maquininha”, como em quase todo o país, com a decadência da cafeicultura, os produtores, sobretudo das pequenas unidades de produção tomaram três caminhos:

- uma parte (atualmente apenas quatro produtores), na esperança de melhoras no preço do café e afirmando que este produto faz parte de sua vida, continuou ainda na lavoura cafeeira;
- uma segunda parte procurou culturas de produção alternativas, como lavouras temporárias, fruticulturas, pecuária de leite e de corte, no caso das propriedades maiores;
- uma terceira parte, que compôs o ponto mais negativo dessa conjuntura, desterritorializados e sem esperança de melhoras e sem capital para fazer uma nova mudança de rumo venderam suas propriedades, no caso dos proprietários, ou foram expropriados de seus trabalhos rurais no caso de parceiros, e saíram do bairro em direção a cidade ou para outra atividade agrícola, porém a maioria estava endividados e na condição de excluídos da atual atividade rural.

No primeiro caso se encaixa o agricultor entrevistado Nelson Simão Carreteiro (Lê) de 47 anos, filho mais novo de um dos sócios da antiga máquina de arroz que deu nome ao bairro. Segundo ele:

⁵⁹ Haesbaert (2004) justifica sua argumentação no fato de que os limites e as relações sociais de um determinado território podem não ser definidos pelo grupo que o apropria, mas por outro grupo que o domina.

O café faz parte da minha vida, está no meu sangue, por isso eu ainda cuido de um pouco, mas se eu dependesse só do café já tinha vendido a chácara. (...) eu ainda tenho café por que no café o agricultor pode plantar outras lavouras no meio e quando eu vendo a colheita o dinheiro vem todo de uma vez, agora para o dia a dia tem o dinheiro da venda do leite e de um salarinho que o vizinho⁶⁰ paga para eu tomar conta da propriedade dele e o salário de minha filha que trabalha na cidade e ajuda em casa. (NELSON S. CARRETEIRO, entrevista em 25/10/2009)

Nesse contexto, a lavoura de café, apesar da atribuição negativa do agricultor, é ainda cultivada por ser um produto que viabiliza a terra para outros produtos temporários, como mostra a Figura 22, e também por ser considerada pelo produtor uma forma de “poupança”, deixando claro que o café não é o produto principal, mas somente uma forma de conservar a memória da família e a manutenção da tradição da “herança profissional”.



Figura 22 – Lavoura temporária intercalada ao café

Fotografia: Joviano, C. V. M. - 02/11/2008

⁶⁰ O vizinho do agricultor Nelson Simão Carreteiro é funcionário público, mora em Campinas e mantém a propriedade como área de lazer e descanso, comparecendo nela aproximadamente uma vez por mês.

A situação descrita pelo agricultor acima se inscreve em parte na crítica de Paulino (2003), numa análise da Geografia camponesa no norte do Paraná, quando ela afirma:

Entretanto, do ponto de vista da organização do espaço produtivo, o café muitas vezes permite essa ordenação de forma articulada, sob a forma de culturas intercalares. Nesse caso, são as nesgas de terra aproveitáveis entre as ruas que dão lugar às leguminosas, tubérculos e cereais que responderão pela satisfação das necessidades alimentares da família e, freqüentemente, serão responsáveis pela geração de excedentes passíveis de serem transformados em renda monetária. (PAULINO, 2003, p. 216).

Quanto ao segundo caso, os produtores, para não abandonarem a atividade rural, procuram cultivar uma “nova” atividade econômica que substitua a cafeicultura. Com isso, as pequenas unidades de produção tiveram que buscar novas alternativas produtivas e economicamente viáveis, de preferência em pequenas áreas para poder diversificar o cultivo, como o entrevistado João Martins Joviano, quando ele afirma que:

Quando eu vi que o café não dava mais eu arranquei tudo e comecei a imaginar um monte de plantio que pudesse dar alguma renda sem muito investimento, eu tentei de tudo, plantei batata doce, abóbora para doce, quiabo, melancia, acerola, jaca, vassoura, pipoca, tentei até um pedaço de maxixe, além do feijão e o milho que eu já plantava, mas tinha o problema da venda, aqui na região ninguém comprava isso (em grande quantidade), então tinha que entregar para o atravessador que levava para o Ceasa. (JOÃO MARTINS JOVIANO, entrevista em 18/11/2008)

No terceiro caso entrevistamos o ex-parceiro Olívio Brojin, que durante 42 anos trabalhou com o café, mas segundo ele foi expropriado pela crise da cafeicultura e por perder a mão-de-obra dos filhos:

Eu nasci na “Zona Velha” numa fazenda de café e cresci vendo meu pai trabalhar no café e desde pequeno eu ia pra roça com meu pai, por isso eu só sei fazer isso (...) eu era meeiro e já produzi muito café, mas tinha que dar a metade para o patrão, o que sobrava vendia barato porque o governo não ajudava no preço e o adubo era caro. (...) quando os filhos casaram, ficou só eu e a patroa, aí eu sozinho e velho ficou difícil, então tive que mudar para a cidade e trabalhar de bóia fria. Hoje eu vivo da aposentadoria minha e da patroa, mas volta e meia eu faço uns biquinhos no sítio pra ajudar o orçamento e matar a saudade. (OLÍVIO BROJIN, entrevista em 02/08/2008)

A quase extinção da atividade cafeicultora modificou a paisagem urbana

regional, tanto na região da Nova Alta Paulista, quanto no município de Dracena⁶¹, pois o setor de máquinas de beneficiamento de café também sofreu, juntamente com os pequenos produtores, as dificuldades geradas pela crise do final da década de 1980, já que dependiam da produção destes para a sua manutenção no mercado. No entanto, influenciadas pela desregulamentação do setor e a saída desses camponeses da lavoura, os maquinistas foram incapazes de superar a diminuição drástica e até a ausência do produto, provocando o fechamento de muitas empresas beneficiadoras de café, deixando prédios abandonados ou em ruínas, como ilustra as Figuras 23, 24 e 25, por conta do encerramento das atividades de beneficiamento ou por falência dos proprietários⁶².



Figura 23 – Ruínas da Antiga Máquina Yoshioka – Café Brasileiro

Fotografia: Joviano, C. V. M. em 23/11/2008

⁶¹ O município de Dracena possuía onze máquinas e uma cooperativa que comprava o café dos produtores. Destas, atualmente três foram demolidas para construções comerciais novas, outras três foram readaptadas para uso comercial e as outras cinco estão abandonadas e sem uso, dando um aspecto decadente a paisagem urbana.

⁶² No final da década de 1980, a Cafeeira Bianchini, uma das maiores do setor, comprou parte da colheita daquele ano de muitos cafeicultores da região com um determinado prazo para pagar o que restou do desconto do adiantamento feito aos produtores, porém sem o conhecimento dos produtores da real situação do empresário, este decretou falência e fechou a máquina, deixando muitos produtores desesperados sem receber o dinheiro do trabalho de um ano.



Figura 24 – Ruínas da Antiga Máquina Yoshioka
Fotografia: Joviano, C. V. M em 23/11/2008



Figura 25 – Prédio abandonado da Cafeeira Nova Paulista
Fotografia: Joviano, C. V. M. em 23/11/2008

A única máquina de café que permaneceu no setor, e se encontra atualmente em funcionamento⁶³ é a Máquina Yoshimura S.A. (Figura 26). Segundo seu proprietário, tem seus equipamentos ultrapassados, com as áreas de armazenamento vazias e sem produto para beneficiar e comercializar.

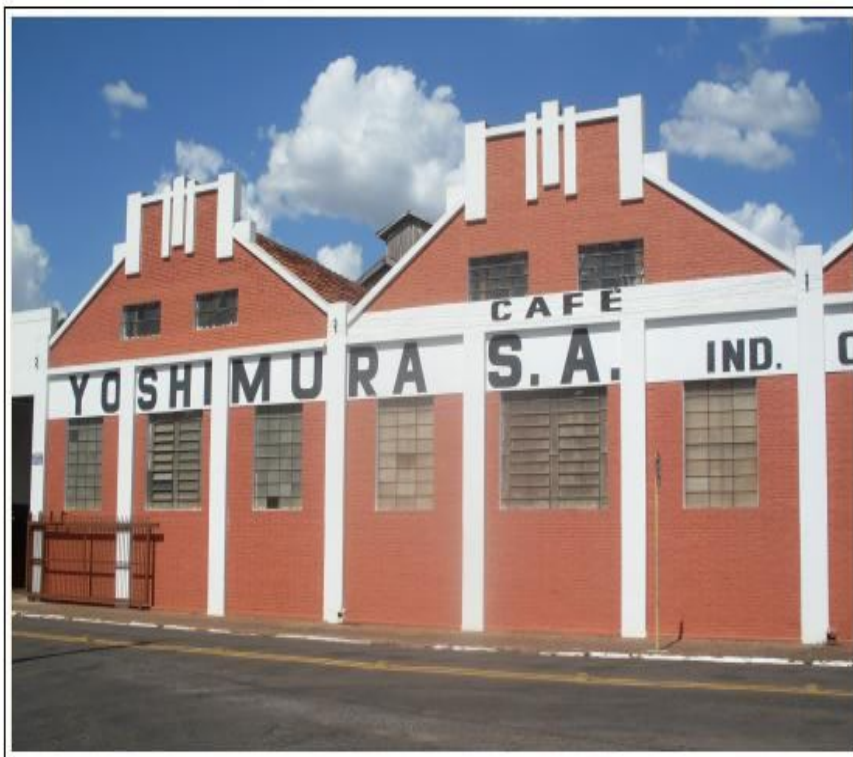


Figura 26 – Máquina Yoshimura ainda em funcionamento

Fotografia: Joviano, C. V. M. em 23/11/2008

Para compreendermos a resistência camponesa no bairro “Maquininha”, fizemos uma análise nas duas situações em que se encontram os camponeses após a decadência da cafeicultura, fazendo uma comparação com os camponeses que migraram para a cidade

Observa-se que entre os camponeses entrevistados que migraram (Tabela 2), 2 eram proprietários, 5 eram parceiros e somente 2 eram assalariados, enquanto no grupo que continuou no campo 8 eram proprietários e apenas 1 era parceiro.

⁶³ Trata-se da empresa Yoshimura S.A. Indústria e Comércio de Café.

Tabela 2 – A posse da terra entre os grupos camponeses

Condição na terra	Grupo camponês que migrou para a cidade		Grupo camponês que continuou no campo	
	Proprietário / N° de pessoas	2 / 11	22,22%	8
Parceiro / N° de pessoas	5 / 29	55,55%	1	11,11%
Rendeiros N° de pessoas	0	0	0	0
Assalariado / N° de pessoas	2 / 8	22,22%	0	0
Total de famílias / N° de pessoas	9 / 48	9 / 100%	9 / 42	9 / 100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Organização: Joviano, C. V. M.

Outro aspecto a ser observado diz respeito à variedade de produtos cultivados dentre esses camponeses. Do grupo de camponeses que migrou para a cidade (Tabela 3), 4 famílias cultivam até dois produtos, 3 famílias cultivam até quatro produtos e apenas 2 famílias cultivavam até 5 produtos, já no grupo de camponeses que continuou no campo, 1 família cultivava até dois produtos, 1 família cultivava até quatro produtos, 4 famílias cultivavam até 5 produtos e 3 famílias cultivavam mais de 5 produtos. Por essa estatística pode-se concluir que quanto maior a diversificação da produção maiores serem a chances de resistir no campo, pois o camponês terá como ultrapassar os momentos de crise de um produtos com a venda de outro que tenha um preço mais elevado, enquanto os camponeses que tinham pouca diversidade de produtos estavam mais suscetíveis a crise e em caso de crise daquele produto que ele plantou a resistência será menor.

Tabela 3 – A variedade de produtos entre os grupos camponeses

Variedade de produtos	Grupo camponês que migrou para a cidade		Grupo camponês que continuou no campo	
Até 2 produtos	4 / 24	44,44%	1 / 4	11,11%
Até 4 produtos	3 / 15	33,33%	1 / 5	11,11%
Até 5 produtos	2 / 9	22,22%	4 / 17	44,44%
Mais de 5 produtos	0	0	3 / 16	33,33%
Total de famílias / Nº de pessoas	9 / 48	9 / 100%	9 / 42	9 / 100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Organização: Joviano, C. V. M.

Dentre as famílias que permaneceram no bairro, temos a propriedade do Sr. João. A análise dos dados da Figura 27 de uma declaração deste camponês ao INCRA no ano de 1992 mostra que na sua propriedade plantavam diversos produtos, numa forma de cultivo em separado, ou seja, não usavam o consorciamento com o café. Observa-se também que a área de café é menor em relação a outros produtos como a batata doce, mamona e o milho, o que evidencia a redução da cafeicultura no bairro, pois nesta propriedade analisada ela só é maior que a cultura de feijão, tendo o café, inclusive a mesma área da plantação de manga Haden.

Outro fato que se compreende a partir da análise da Figura 27, é a diversificação da produção, conseguindo, dessa forma, amenizar os efeitos das crises, por obter parte de sua subsistência, ou por ter uma maior variedade de produtos pode também conseguir preços variados pelos mesmos.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL - SNCR 1992
DECLARAÇÃO PARA CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - DP

01 PARA USO DO PROCESSAMENTO

02 IDENTIFICAÇÃO JUNTO AO INCRA

03 PARA USO DO INCRA

04 IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL

05 INDICAÇÃO PARA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

06 MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

07 CÓDIGO DE ENRECAMENTO POSTAL - CEP

08 SIGLA UF

09 IMÓVEL REGISTRAL EM MASSA DE UM MUNICÍPIO

10 ÁREA DO IMÓVEL REGISTRADO QUANTO AO CADASTRO

11 INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO

NOME DO PRODUTO	CÓDIGO DO PRODUTO	CÓDIGO PRINCIPAL DO PRODUTO	FORMA DE EXPLORAÇÃO 1. SOLICITAÇÃO 2. CONCESSÃO 3. ROTACIONAL	ÁREA		SITUAÇÃO DA CULTURA		QUANTIDADE		CÓDIGO DA UNIDADE
				PLANTADA	COLHIDA	1. FORMANDO A PRODUÇÃO	2. COLHEITA	COLHIDA	COLHIDA	
CAFFÉ	302		1	1,2		0				
MANDIÓCULA	191		1	1,2		4	1,2	2	27	
MILHO	639		1	2,4		4	2,4	60	43	
BATATA DOCE	370		1	7,2		4	7,2	70	27	
MAMONA	612		1	7,2		4	7,2	8	27	
FEIJÃO	566		1	1,0		4	1,0	4	43	

Figura 27 – Declaração de produção ao INCRA – 1992

Fonte: Acervo de documentos de João M. Joviano

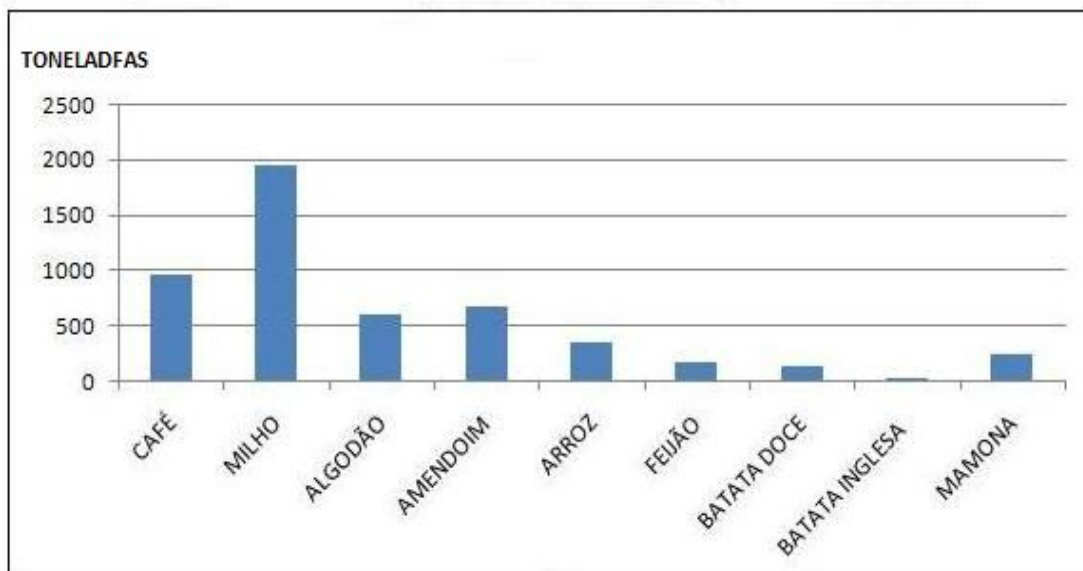
Em outra propriedade, além da variedade de produtos, observou-se a estratégia na escolha do que seria cultivado, como também na quantidade a ser plantada, como se verifica na entrevista do camponês Kinji Tamura:

A gente planta o que precisa pra casa, mas tem que ver se a terra produz tudo aquilo que precisa, por que não é tudo que compensa plantar, tem coisa que precisa de muito gasto, aí compensa comprar na cidade ou de alguém que produz. (...) As coisas que usa na casa são bastante tipo, mas nós plantamos menos porque só tem eu e a esposa pra comer, mas as coisas que planta pra vender são dois ou três tipos, as vezes planta mais, as vezes planta menos, depende do preço, mas nós plantamos mais aqueles que compensa na venda. (KINJI TAMURA, entrevista em 11/06/2009)

O senhor Kinji demonstra em sua fala adaptabilidade e flexibilidade face à conjuntura econômica e ainda, demonstra uma opção consciente de produzir de maneira a diminuir sua dependência com relação ao mercado. Essa diversidade de

gêneros alimentícios produzidas pelas famílias camponesas que permaneceram na terra, se reflete na produção agrícola do município (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Produção agrícola em Dracena/SP (toneladas) - 1996



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Organização : Joviano, C. V. M.

Além de uma maior flexibilidade para adquirir renda com a venda de seus produtos no mercado, já que possuem uma maior variedade de produção a ser oferecida para a venda e também para o autoconsumo, há também o caso de camponeses que realizam uma produção e com a estrutura ou sobras da primeira consegue realizar outra, como afirma um dos ex-cafeicultores entrevistados que aumentou os investimentos em pecuária de leite e com as sobras da fabricação dos subprodutos do leite (soro do leite) ele mantém a produção de porcos para o autoconsumo e para a venda de leitões, possibilitando a permanência no campo mesmo com a erradicação do café em sua propriedade:

Hoje eu não tenho mais café, a renda do sítio sai da venda do queijo, do requeijão e da manteiga que a mulher faz e eu entrego nos mercados da cidade e também vendo na feira do produtor da cidade, eu tenho uma barraca lá (...) com o soro do leite que sobra eu crio 7 ou 8 porcas criadeiras, (...) a cada três meses da para vender uns porquinhos e uma vez por ano eu faço a venda das vacas e das porcas que estão velhas, vendo também os bezeros machos que não servem para leite. (...) teve um tempo que eu criava frango caipira, mas além de demorar muito, a produção deles é cara e o pessoal da cidade passou a reclamar do preço aí eu parei. Hoje

eu crio frango só para o gasto (...). Para o consumo da casa é produzida pouca coisa, pois sou só eu e minha mulher, mas a gente tem algumas fruteiras, criamos frango caipira, porco e quando falta carne eu mato um garrote e coloco no freezer. Temos também mandioca e a horta e o resto a gente compra com a renda da venda. (JOÃO MARTINS JOVIANO, 18/11/2008)

Outra estratégia importante verificada era a prática do arrendamento. O uso de arrendamento também era comum em famílias onde havia um excedente de mão-de-obra para a área de terras a ser trabalhada, isto é, tinha trabalhadores excedentes. Por isso era comum essa família arrendar terras para comprometer toda a mão-de-obra, mesmo que fora da propriedade, como relata em entrevista o ex-agricultor José Milan:

Em casa era em sete pessoas, que trabalhava na roça era cinco homens formados, a mãe e a minha irmã trabalhava em casa, (...) e o pai tinha uma chácara de três alqueires com cinco mil pé de café e um pedaço de pasto, então era pouco serviço para muita gente, então quase todo ano a gente pegava uns três ou quatro alqueires de terras para plantar milho ou feijão, quando era prá planta batata doce a gente pegava só um alqueire (...), que era melhor do que ficar trabalhando para os outros por dia, por que esse negócio de trabalha por dia não era sempre que aparecia e quando aparecia, mesmo que tinha serviço na chácara você tinha que ir, então o pai achava que era melhor o arrendamento, por que aí a gente pagava o que o dono da terra pedia, mas a terra era nossa por um ano e a gente tinha a liberdade de trabalhar no que era da gente mesmo no dia que a gente precisasse. (JOSÉ MILAN, entrevista em 14/06/2009)

Esse tipo de arrendamento de pequenas áreas a curto prazo, apesar de existir até hoje, ocorreu com maior frequência no município de Dracena no final da década de 1970 até o início da década de 1990, quando os cafeicultores erradicavam os pés de café das propriedades e não tinham recursos ou mão-de-obra suficiente para plantar na área toda, e para não deixar a terra parada recorriam a essa prática. Por isso, o arrendamento não ocorria sempre no mesmo lugar e na mesma propriedade, mas era caracterizado pelo pagamento de certa quantia em dinheiro para ter o direito de usar a terra por um ano e se no ano seguinte o proprietário não fosse usar a terra este acordo poderia ser prorrogado por mais seis meses ou um ano, mas dificilmente o proprietário estendia para além deste prazo.

A prática do arrendamento, no caso da família de José Milan, além de ser uma forma de ocupação de toda a mão-de-obra também pode ser vista como uma estratégia camponesa, que em decorrência do excedente de trabalhadores em uma

pequena propriedade, conseguia permanecer na terra estendendo o trabalho de sua família para além de sua propriedade.

Outra análise que se pode apreender desta entrevista é que a prática do arrendamento feito pela família se dava em área maior ou menor, dependendo do tipo de produto que a família decidia plantar, pois a quantidade de terra deveria estar em conformidade com a quantidade de ocupação de mão-de-obra que cada cultivar necessitasse e também com a possibilidade de uso de máquinas nas mesmas. Por isso, José Milan se referiu ao arrendamento de 3 ou 4 alqueires para feijão ou para milho, pois estes produtos, por ter a possibilidade de maior mecanização utilizavam menos mão-de-obra em todas as fases de sua produção. Porém, se fosse batata doce⁶⁴ plantavam somente 1 alqueire, já que este produto tem uma possibilidade bem menor de mecanização, ocupando mais mão-de-obra, principalmente no plantio, na colheita e na preparação do produto para a venda nos mercados

Todavia, além da prática do arrendamento de pequenas áreas por um curto prazo, havia também um sistema de “arrendamento” de terras, na qual os camponeses proprietários repassavam suas terras de pastagens que precisava ser renovada, isto é, precisava de uma reforma de pastagens⁶⁵ para um terceiro fazer a retirada do capim e cultivar produtos temporários por um ano, mas com pagamento pelo uso da terra feito em produto, através de uma porcentagem do que fora produzido na área plantada, previamente definida em acordo. Na análise do conceito, a prática em questão se caracterizava pelo sistema de parceria praticado pelo campesinato, porém é chamado de “arrendamento” pelos camponeses do bairro.

Outro dado que contribui para a permanência das famílias refere-se à complementação do auxílio financeiro decorrente das aposentadorias de pessoas mais idosas da família, já que das 18 famílias pesquisadas do bairro “Maquininha”,

⁶⁴ A batata doce é plantada em ramas de forma manual e para que o produto tenha um bom aspecto e um melhor preço de venda é necessário que seja colhida com cuidado para não provocar manchas ou aranhões no produto, sendo também preciso lavar em água, esfregando com as mãos uma a uma e depois colocá-las em caixas de madeira de forma organizada para que não fiquem espaços dentro da caixa, já que o comprador adquire o produto em caixas e não por quilo, daí se conclui que tanto para o plantio quanto para a preparação do produto para o mercado necessita-se de mais trabalhadores ou tempo de trabalho.

⁶⁵ O repasse de terras para reforma de pastagens consiste num acordo feito entre o proprietário de terras com pastagens degradadas e o parceiro, este último usa as terras por um período que pode variar entre 6 meses e 1 ano para plantio de culturas temporárias, geralmente de subsistência, e ao final do acordo devolve as terras ao proprietário com a pastagem semeada.

13 têm pessoas que recebem aposentadoria, o que ajuda no orçamento doméstico e aliviando o encargo na luta pela permanência no campo.

Por outro lado, verifica-se que o grupo que migrou para a cidade era formado na maioria por não proprietários, e que sua produção tinha uma menor variedade de produtos cultivados, fatores que de certa maneira desfavoreceu a permanência destas famílias. No entanto, o grupo de camponeses que continuou no campo é formado na maioria por proprietários camponeses, mais idosos e usando como estratégia a diversificação produtiva.

Quanto aos desterritorializados, muitos foram para a cidade, pois por não ter como resistir por ter pouco capital ou por falta de técnicas tiveram que abandonar suas atividades rurais e o modo de vida camponês e buscar emprego em atividades urbanas ou mesmo em atividades rurais como mão-de-obra volante.